Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2024 | Nº 25.633 | Preço banca: R$ 3,50

Prefeitura de SP quer transparência em pagamentos a empresas de ônibus

A prefeitura de São Paulo publicou, na edição de terça-feira (16) do *Diário Oficial*, projeto de lei (PL) para o orçamento de 2025, que propõe discriminar os subsídios pagos às empresas de ônibus, mostrando o valor usado para cobrir despesas correntes, como gastos com combustível, e o de aquisição de capital, como compra de ônibus. Apesar de constar no orçamento de 2025, a proposta diz que a medida será válida retroativamente para 2024.

Questionada sobre a forma como são pagos os subsídios a essas empresas, a administração municipal respondeu, por meio de nota, que segue o disposto no Artigo 9º da Lei Federal 12.587/2012, nos artigos 11, VI, e Artigo 13 da Lei Municipal 13.241/2001, e no Artigo 18, Parágrafo único, do Decreto Municipal 58.200/2018.

"O subsídio, autorizado em lei federal, cumpre historicamente o papel de manter o sistema de transportes financeiramente equilibrado, mesmo quando as tarifas pagas pelos usuários não sejam suficientes para a cobertura total dos custos de operação do sistema. Dessa forma, evita-se a precarização do serviço ou o encarecimento da tarifa aos usuários, o que terminaria por desincentivar o uso do transporte público", diz a nota.

Segundo a prefeitura, a Secretaria Municipal da Fazenda estuda, de forma permanente, oportunidades de melhoria das informações contábeis e orçamentárias produzidas no âmbito municipal, de maneira a atender à legislação nacional, além de aumentar o grau de utilidade da informação contábil disponível. Página 8

Cacique pede atenção para o apoio à produção agrícola indígena

Página 3

Atividade econômica avançou 0,4% em fevereiro

Página 8

Dólar cai para R$ 5,24 em dia de ajuste no câmbio

Em um dia de ajuste no câmbio, o dólar caiu pela primeira vez após cinco altas seguidas. A bolsa de valores não conseguiu se recuperar e teve a sexta queda consecutiva.

O dólar comercial encerrou a quarta-feira (17) vendido a R$ 5,243, com queda de R$ 0,026 (-0,5%). A cotação chegou a abrir em leve alta, mas caiu em meio a um movimento de realização de lucros, quando os investidores vendem dólares para embolsar os ganhos recentes. Na mínima do dia, por volta das 15h45, a moeda chegou a cair para R$ 5,22.

Com o desempenho de quarta-feira, o dólar acumula alta de 4,55% em abril. Em 2024, a divisa sobe 8,04%.

O alívio no câmbio não se repetiu no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 124.171 pontos, com recuo de 0,17%. O indicador está no menor nível desde 14 de novembro do ano passado.

Tanto fatores externos como internos interferiram no mercado. No plano internacional, o dólar caiu em todo o planeta, com investidores embolsando lucros e com as taxas dos títulos do Tesouro norte-americano em queda após dias seguidos de alta.

No cenário doméstico, uma possível redução do ritmo de queda da Taxa Selic (juros básicos da economia) afetou a bolsa de valores. Em viagem aos Estados Unidos, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, declarou que uma "desancoragem" da política monetária em relação à política fiscal pode fazer a autoridade monetária diminuir os cortes nos juros básicos.

A declaração ocorre dias depois de o governo mudar as metas fiscais para 2025 e 2026. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 manteve a meta de déficit primário zero deste ano, em vez de estabelecer superávit de 0,5% para o próximo ano. O governo citou dificuldades em obter receitas extras, como ocorre em 2024. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quinta: Céu nublado com possibilidade de garoa o dia todo. À noite as nuvens diminuem devagar.

15º C

19º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

Comissão do Senado aprova aumento de salários de juízes e promotores

Foto/ Lula Marques/ABr

Página 3

São Paulo lança aplicativo para busca de medicamento nas farmácias da rede de saúde

A nova versão do aplicativo e-saúdeSP, desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, traz uma série de facilidades, como o Remédio na Hora, que permite à população saber se seu medicamento está disponível em determinada unidade de saúde. A funcionalidade pode ser acessada sem cadastro.

Por meio dela, o munícipe tem acesso ao sistema de busca por medicamentos nas farmácias da rede municipal de saúde, localizando assim em qual equipamento há disponibilidade do remédio desejado. Estão cadastradas as 490 farmácias, localizadas nas 471 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e em hospitais municipais. Página 2

Esporte

Kartismo: AKSP Master Challenge disputa quarta etapa em Interlagos

O campeonato de rental kart AKSP Master Challenge realizará na quinta-feira (18) à noite, no Kartódromo de Interlagos, o GP Rolley Beach, válido pela quarta etapa da temporada e terceira do Interlagos Trophy. Os líderes após três etapas são Gabriel Vitorino (Light), Thiago Rocha (Graduados), André dos Reis (Elite), Marco Verga (Sênior) e Janaina Zoumbounelos (Mulheres em Ação).

A realização do GP Rolley Beach acontece uma semana após o anuncio do prêmio para o campeão da Elite, categoria onde correm os pilotos mais experientes. Após as 12 etapas de 2024, o piloto com a maior pontuação terá a oportunidade dada pela equipe San Race de testar um Fórmula 1.600, a maior categoria de fórmulas do Brasil, no Autódromo de Interlagos.

Na categoria Light, Gabriel Vitorino é o líder, com duas vitórias. Rafael Evangelista foi o vencedor da etapa passada. Entre os Graduados, Thiago Rocha lidera sem ter vencido nenhuma etapa. As vitórias ficaram com Allan Félix Espadrezani, Natália Eufrásio e Adriano Vilela. Na Elite, com uma vitória André dos Reis lidera. Os outros vencedores foram Fernando Braga e Henrique Morbi. Na categoria Sênior Marco Verga venceu duas vezes e lidera, enquanto Beto Dicker tem um triunfo. Finalmente na modalidade feminina, Janaina Zoumbounelos é a líder com duas vitórias, e Letícia Pagy foi a outra vencedora.

Ações sociais e muitos prêmios, brindes e diversão

A cada etapa o AKSP promove uma ação social. Desta vez será em prol do Lar Sírio Pró-Infância, que atende mais de mil crianças em situação de vulnerabilidade. Será arrecadado leite em pó.

Antes da etapa foram realizados sorteios entre todos os pilotos que pagaram as suas inscrições com antecedência. Jorge Filipe (Sênior) ganhou um par de Luvas DKR com personalização. Rafael Vilela (Light), Vitor Filipe (Graduados), Matheus Nozaki (Elite), Roberto Guimarães (Sênior) e Claudia Leite (Mulheres em Ação) ganharam cesta de frutas e verduras oferecidas pelo Empório Santa Nina.

Foto/ Emerson Santos

A *Elite do AKSP tem grandes disputas até a última volta*

No sorteio de uma lavagem técnica no valor de R$ 200, oferecida por Panda Garage Car Detail, os felizardos foram Ronaldo Christófano (Light), Rodrigo Parmezzani (Graduados), Lucas Freitas (Elite), Marcelo Carvalhaes (Sênior), Lucimara Ido (Mulheres em Ação). Os outros sortudos ganharam voucher para pizzas cones da Pizza Crek. Foram Dennis Christo (Light), Júlio Luis (Graduados), André Sgarbi Lolo (Elite), Miguel Sacramento (Sênior), e Juliana Diniz (Mulheres em Ação).

Outros sorteios entre todos os participantes serão jantar para casal no Restaurante Low BBQ, e vouchers da Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Frangaria JK, Mary Estética, Rolley Beach, Studio Divando e Studio 16 Hair e Beauty Moema.

Os seis primeiros colocados de cada categoria serão premiados com kits Giovanna Baby, e o sétimo colocado de cada modalidade levará para casa um kit da Cervejaria Paulistânia. Todas as mulheres participantes levarão vasos de flores da Floricultura Jardim dos Amores.

Em momento de descontração, o último colocado de cada prova receberá o 'Troféu Mão de Pau', acompanhado de voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções.

O Auto Posto Colônia oferecerá um galão de combustível para o Casal Gasolina. Fechando a programação, será oferecido o tradicional bolo para os aniversariantes do mês.

O AKSP Master Challenge tem o apoio de Agência Olhar Clínico Marketing, Assima Contabilidade, Auto Posto Colônia, Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Cervejaria Paulistânia, Empório Santa Nina, Exotic Limousine, Floricultura Jardim dos Amores, Frangaria JK, Giovanna Baby, Grand Assessoria de Crédito, Luvas e Macacões DKR, Mary Estética, MRC Produções, Mundo Papercraft, Panda Garage, Phytoervas, Pizza Crek, Restaurante Low BBQ, Rolley Beach, San Race, Speed Truck, SM Reparação de Veículos, Studio Divando, Studio 16 Hair e Beauty Moema. WhatsApp: 11-99681.3549

Fórmula 4 completa 40 largadas no Brasil

O BRB Fórmula 4 Brasil Certificado pela FIA corre no seu mais tradicional palco pela primeira vez em 2024 neste fim de semana. O Autódromo de Interlagos, em São Paulo, receberá a segunda etapa da temporada entre os dias 19 e 21 de abril. A jornada será importante por representar mais um número que retrata a evolução da categoria-escola, em seu terceiro ano no Brasil: a Corrida 1 da rodada, a ser disputada na manhã de sábado (às 8h50), será a 40ª prova da história do BRB Fórmula 4 Brasil.

Com início no país em 2022, a Fórmula 4 brasileira já contabiliza a passagem de 31 jovens aspirantes a pilotos profissionais ao longo de sua trajetória. Ao todo, 16 competidores já conquistaram vitórias. Esse número pode aumentar em Interlagos, com a chance de o vencedor da 40ª corrida da história ser inédito: na temporada deste ano, sete pilotos ainda não subiram ao lugar mais alto do pódio, com cinco deles sendo 'rookies'.

As atividades que abrem o cronograma do BRB Fórmula 4 Brasil em Interlagos começam na quinta-feira, com a realização de treinos extras. Na sexta-feira, a categoria fará mais duas sessões de treinos e depois, no fim da tarde, a classificação que vai definir o grid de largada das corridas 1 e 3. A primeira prova do fim de semana, justamente a largada de número 40 da F-4 no Brasil, está marcada para sábado, às 8h30, com 30 minutos de duração. A segunda disputa da etapa tem largada prevista para 16h35. A corrida que encerra a programação acontece no domingo, a partir de 14h35.

A temporada 2024 do BRB Fórmula 4 Brasil tem transmissão ao vivo pelo canal oficial da categoria no YouTube, BandSports, Portal High Speed Channel e no canal Parc Fermé TV, com narração em italiano.

Justiça torna réus 19 alvos da Operação Fim da Linha em SP

A Justiça de São Paulo aceitou a denúncia feita pelo Ministério Público e transformou 19 alvos da Operação Fim da Linha em réus. Eles agora serão julgados por supostamente terem participado de esquema de lavagem de dinheiro que teria sido utilizado pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no transporte público de São Paulo por meio de duas empresas de ônibus, a Upbus e a Transwolff.

Os réus foram denunciados pelo Ministério Público pelos crimes de organização criminosa, lavagem de capitais, extorsão e apropriação indébita. Como a operação corre sob sigilo, os nomes dos alvos não foram divulgados nem pelo Ministério Público e nem pela Justiça.

A Operação Fim da Linha foi deflagrada na semana passada. A ação resultou na prisão de sete pessoas, sendo que uma delas foi presa ontem, na Operação Muditia. Os agentes apreenderam 11 armas, 813 munições diversas, R$ 161 mil, computadores, HDs e pen drives, assim como dólares e barras de ouro.

Os envolvidos foram acusados de usar o serviço de transporte público por ônibus na capital para esconder a origem ilícita de ativos ou capital provenientes de tráfico de drogas, roubos e outros delitos.

A denúncia feita pelo Ministério Público revela que, entre os anos de 2014 e 2024, uma pessoa que coordenava as atividades de tráfico do PCC e um outro indivíduo injetaram mais de R$ 20 milhões em recursos obtidos de forma ilícita em uma cooperativa de transporte público da zona leste, que viria a se transformar na UpBus.

Isso viabilizou a participação da empresa na concorrência promovida pela prefeitura de São Paulo em 2015. Essas duas pessoas integravam o quadro societário da UpBus.

Já na Transwolff (TW), entre os anos de 2008 e 2023, dez denunciados "constituíram e integraram uma organização criminosa e utilizaram o grupo econômico TW/Cooperpam para cometer os crimes de apropriação indébita, extorsão, lavagem de bens, direitos e valores, e fraudes licitatórias".

Eles lavaram cerca de R$ 54 milhões de dinheiro do crime, especialmente oriundo do tráfico de drogas, utilizando-se da empresa de transporte, que também precisava de recursos para se qualificar à licitação.

Ambas as empresas sofreram intervenção do município. Em edição extraordinária publicada na semana passada em *Diário Oficial* do município, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, decretou intervenção, informando que a prefeitura, por meio da SPTrans, assumiria o controle das linhas. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Bem acima das demais audiências públicas, que vão até dia 27 abril 2024 sobre desestatização (privatização) da Sabesp, o ex-vereador e atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) deve ter bem mais que 28 votos pra aprovação também no 2º turno

PREFEITURA (São Paulo)
A Badra, que realiza pesquisas na Grande São Paulo e litoral publicou a 1ª pesquisa de intenção de votos pra prefeitura da capital. Os 3 mais citados foram Ricardo Nunes (MDB) 26%, Guilherme Boulos (PSOL) 17% e Tabata Amaral (PSB) 10%

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Faltando 99 dias pra Olimpíada - Paris (França) - vale lembrar que o atleta (foi sargento do Exército) João do Pulo (recordista no salto triplo) sofreu acidente e perdeu uma das pernas. Ele teve 2 mandatos de deputado no parlamento

GOVERNO (São Paulo)
Capitão da reserva, o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) será um dos grandes destaques nos festejos do Comando Militar (Sudeste) com sede na capital, pelos 376 anos do Exército brasileiro. A solenidade vai rolar no dia 19 abril 2024

CONGRESSO (Brasil)
Tá parecendo a agora guerra direta de Israel contra o Irã e vice-versa. Tanto partes do Senado como da Câmara Deputados seguem ameaçando o 3º governo Lula e alguns ministros seguem ameaçando os presidentes Pacheco (PSD) e Lira (PP)

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Ao que parece, não tá dando muito certa a tentativa - sem uma política comportamental - de aproximação do Lulismo (dono do PT) com as igrejas cristãs protestantes, uma vez que seguem sendo incompatível os discursos do mundo com a História do Cristo

PARTIDOS (Brasil)
Partidos que mais ganharam [nas trocas] na Câmara de vereadores (SP) foram MDB, PT, União, PSD, PL e PP. Ficaram iguais o PSB, PP, PV e Novo. Perderam toda a bancada o PSDB e parte delas o Podemos, PSOL e Republicanos. São 55 vereadores(as)

JUSTIÇAS (Brasil)
Proposta de novo Código Civil [atual é de 2002] que juristas apresentam no Senado traz mudanças, por exemplo nas áreas da família, herança, doação de órgãos, direitos digitais e dos animais. O coordenador foi o ministro (STJ) Luís Felipe Salomão

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Governo paulista anuncia 386 novos leitos em hospitais estaduais da capital e Grande SP

O fortalecimento da assistência aos usuários da rede pública de saúde ganhou reforço na quarta-feira (17), com o anúncio do governador Tarcísio de Freitas de 386 novos leitos em hospitais estaduais na capital e na Grande São Paulo. As vagas serão ativadas de forma gradativa nos próximos meses, começando com a operação imediata de 28 leitos no Instituto Emílio Ribas.

"O SUS é nosso maior patrimônio, é universal, mas vem sofrendo com o subfinanciamento há anos. Criamos a Tabela SUS Paulista para dar o exemplo e remunerar várias vezes o que é remunerado, cobrando a contrapartida da produção dos hospitais. Quem mais produz, mais recebe. O primeiro efeito é o aumento na quantidade de leitos e de procedimentos, mais gente sendo operada e recorde de cirurgias. É o que já está acontecendo", disse Tarcísio. "Estamos aqui para abrir mais 386 leitos e aproveitar a capacidade que temos. Antes de pensar em abrir hospitais, temos que mobilizar todos os leitos que temos no entorno", reforçou.

O anúncio foi feito no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP com a presença do secretário estadual da Saúde, Eleuses Paiva, do presidente da Assembleia Legislativa do Estado (Alesp), André do Prado, autoridades estaduais e gestores da área da saúde.

A distribuição dos equipamentos levou em conta o planejamento estratégico para otimizar o atendimento e melhorar a prestação de serviço do SUS (Sistema Único de Saúde). Somente no HC, serão 200 vagas a mais. Os leitos também serão ativados no Instituto Emílio Ribas e Hospital Heliópolis, ambos na capital, e no Hospital Regional de Osasco. O reforço vai ajudar a desafogar unidades que enfrentam picos de atendimentos devido a casos de dengue e doenças respiratórias como covid-19 e gripe.

Os novos leitos no HC vão atender a todos os institutos, incluindo o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo e viabilizar mais 4,8 mil internações por ano. O HC, que completa 80 anos na próxima sexta-feira (19), também ganhará 12 novas salas cirúrgicas totalmente modernizadas que vão permitir aumento de 8,8 mil procedimentos de alta complexidade por ano.

Para garantir a distribuição equitativa das novas vagas, também haverá ativação de 56 leitos no Instituto Emílio Ribas. Do total, 28 vagas têm operação imediata para atendimento exclusivo a casos complexos de dengue. Outros 100 leitos serão entregues no Hospital Heliópolis, na zona sul da capital, e mais 30 no Hospital Regional de Osasco.

"Esses novos leitos equivalem a dois hospitais de médio porte a mais para a população e reforçam o compromisso da atual gestão em fortalecer a assistência aos usuários da rede pública", afirma o secretário Eleuses Paiva.

A expansão dos serviços de saúde com atendimento de qualidade é um compromisso da gestão estadual com a população. Desde janeiro de 2023, a Secretaria de Saúde abriu 1,7 mil novos leitos hospitalares, com 230 vagas de UTI. Com a ativação total dos leitos anunciados nesta quarta, serão mais de 2 mil novas vagas para internação na rede estadual.

SP lança roteiros de afroturismo

A Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo (Setur-SP) lançou na terça-feira (16), na WTM Latin America 2024, uma publicação especial com os 10 principais roteiros e atrativos paulistas ligados à cultura afro-brasileira, incluindo municípios do interior, como Taubaté, Eldorado, Salto de Pirapora e Campinas, e do litoral, como Santos e Ubatuba; além da capital paulista.

O Afroturismo SP tem por objetivo promover a inclusão e o reconhecimento étnico-cultural do estado de São Paulo, além de impulsionar o turismo e a economia regional de comunidades, valorizando e preservando o legado cultural afro-brasileiro. A Setur-SP mantém um grupo de trabalho sobre o tema e, por meio de parcerias, vai capacitar profissionais que atuam em restaurantes, meios de hospedagem e agências de viagens para trabalharem melhor com o público negro.

Os roteiros de afroturismo apresentam ao leitor quilombos históricos como o da Fazenda, em Ubatuba, no Litoral Norte de São Paulo, com atrações como oficinas de artesanato e gastronomia típica; e o do Cafundó, em Salto do Pirapora, onde é possível ter contato com uma língua ancestral africana e percorrer um itinerário cultural montado pela própria comunidade, que resiste e preserva costumes típicos africanos há mais de 150 anos. O espaço ainda conta com círculos de dança e cantoria conhecidos como rodas de Jongo, em que um casal interpreta os desafios da população negra no Brasil a partir da fala de quilombolas.

O material também conta com roteiros e espaços histórico-culturais em cidades como São Paulo, nos baixos do Bixiga e Liberdade; em Campinas; Santos e Taubaté. Apresenta rotas com experiências em periferias, como no Grajaú, extremo sul da capital paulista. "Ao valorizar a cultura afro-brasileira, resgatamos a história e celebramos a riqueza cultural do nosso Estado, além de abrirmos espaço para a inclusão social e econômica das comunidades locais, fortalecendo a atividade turística estadual", afirma o secretário Roberto de Lucena, de Turismo e Viagens de São Paulo.

São Paulo é um estado multicultural que tem na comunidade negra um patrimônio fundamental para a construção da identidade do estado. Dados do IBGE revelam que 41% da população paulista é negra. Em formato impresso e digital, os roteiros de afroturismo são uma iniciativa colaborativa entre a Setur-SP, a Fundação Instituto de Terras (ITESP), a Secretaria da Justiça e Cidadania, gestores públicos e privados, associações e institutos voltados para a valorização da memória e do patrimônio cultural negro.

Além do lançamento do Afroturismo SP, a secretaria traz mais duas novidades: um guia de turismo de raízes voltado a cultura italiana e uma assistente virtual para o turismo. No último ano, a WTM atraiu mais de 27 mil visitantes e 620 expositores de 40 países.

A Setur-SP está presente na WTM com um estande de mais de 204 m², onde acontecem aulas de gastronomia com chefs de cozinha do Sabor de SP, programa de valorização da gastronomia promovido pela pasta, apresentações musicais, experiências de realidade aumentada, além da promoção de 25 regiões turísticas, parques estaduais e trens turísticos do estado.

Governo participa de feira mundial de frutas e verduras

A Secretaria de Turismo e Viagens de São Paulo (Setur -SP) participa da Fruit Attraction, uma das maiores feiras mundiais do setor de frutas e verduras, em São Paulo, de 16 a 18 de abril. Pela primeira vez no Brasil, a feira promove o comércio entre a América e a Europa e destaca o papel do país no cenário mundial.

Em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Setur-SP leva à feira 15 produtores artesanais, parte deles das rotas gastronômicas consolidadas pelo Estado, que integram o maior programa de valorização da gastronomia do país, o Sabor de SP. "É uma oportunidade para destacar a importância do turismo na valorização da alimentação, ligada à cultura e aos destinos", afirma Roberto de Lucena, secretário de Turismo e Viagens de SP.

Representantes do Sítio Shimada levam à feira seus chás e lichias orgânicas, originários da região de Registro; e dividem espaço com o palmito, da Palmitolândia, de Iporanga; e o Sonho de Fruta, de Bofete, com frutas como atemoia, amora preta, mirtilo; em um estande de 172,5 m² Governo de SP. São Paulo se destaca pela produção de uvas, morangos, lichia, avocado, tangerina, jaboticaba, laranja, limão, jaboticaba, entre outros produtos que serão expostos na feira, visando gerar negócios.

"Uma grande oportunidade de demonstrar a força da fruticultura paulista. Somos protagonistas na fruticultura brasileira por conta da laranja, do limão, da banana, do abacate e do caqui. Vale destacar que a produção da fruticultura paulista vem se expandindo e ganhando referência também no cenário internacional, e uma prova disso é esse evento expressivo que está sendo realizado aqui em São Paulo", destaca o secretário de Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piai.

O Brasil é o maior mercado da América Latina do setor de frutas e verduras e o terceiro produtor mundial, com 40 milhões de toneladas produzidas por ano. O mercado brasileiro de hortaliças é diversificado e segmentado, sendo a agricultura familiar responsável por mais da metade da produção do país. A agricultura responde por 25% do PIB do país e as frutas e hortaliças brasileiras representam 35% das exportações agrícolas.

Na última edição da Fruits Atraction, em Madrid, a feira recebeu 103 mil visitantes, sendo que cerca de metade (45%) estrangeiros. No total, estiveram presentes representantes de 145 países, com duas mil empresas expositoras e 700 compradores. Foram realizadas 73 conferências e 14 cooking shows.

Prefeitura lança aplicativo para busca de medicamento nas farmácias da rede de saúde

A nova versão do aplicativo e-saúdeSP, desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, traz uma série de facilidades, como o Remédio na Hora, que permite à população saber se seu medicamento está disponível em determinada unidade de saúde. A funcionalidade pode ser acessada sem cadastro.

Por meio dela, o munícipe tem acesso ao sistema de busca por medicamentos nas farmácias da rede municipal de saúde, localizando assim em qual equipamento há disponibilidade do remédio desejado. Estão cadastradas as 490 farmácias, localizadas nas 471 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e em hospitais municipais. São 298 tipos de medicamentos oferecidos, de acordo com a tabela de Relação Municipal de Medicamentos (Remune) que o usuário do e-saúdeSP poderá encontrar.

A nova versão do e-saúdeSP, aplicativo que faz parte do Programa Avança Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (Dtic).

Além do Remédio na Hora, estão disponíveis o Pronto Saúde, Emergência, @Covid19, Vacina Sampa, Programa Mãe Paulistana, SPrEP, entre outros. No recurso Minha Saúde, por exemplo, o munícipe pode inserir e compartilhar dados relevantes para o atendimento personalizado, tais como: alergia, medicação em uso, glicemia, pressão sanguínea e índice de massa corporal (IMC).

Dados clínicos, informações sobre a vacinação contra a Covid-19 e telemedicina, com todo o histórico do paciente do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade, também fazem parte da tecnologia. Além disso, o e-SaúdeSP direciona o usuário para as lojas: GooglePlay ou AppStore para baixar outro aplicativo, o Agenda Fácil, permitindo assim que o munícipe tenha acesso ao agendamento de consultas e resultados de exames laboratoriais.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Jornal O DIA SP

Cacique pede atenção para o apoio à produção agrícola indígena

Diante de uma audiência de lideranças rurais da maioria dos países americanos, no primeiro Encontro de Líderes Rurais, a cacique Katia Silene Tonkyre, da aldeia Akratikatejê, do povo Gavião da Montanha, do Pará, chamou a atenção para a necessidade de incentivos para que os povos indígenas desenvolvam os próprios projetos agrícolas.

"Temos vontade de crescer e continuamos ensinando as novas gerações de plantar, de dar continuidade, de se alimentar como se alimentava antes. Nós vivíamos da nossa floresta e tentamos ainda lutar porque o capitalismo invadiu a nossa comunidade, e nós tínhamos um capitalismo diferenciado, que era a economia verde. Então, hoje, o capitalismo invadiu e nós temos que acompanhar", enfatizou.

Tonkyre recebeu, este ano, o prêmio Alma da Ruralidade, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), titulação voltada para reconhecer, nos países americanos, o trabalho de lideranças rurais. Esta semana, ela participa junto a outras 41 lideranças rurais do primeiro Encontro de Líderes Rurais. Nas reuniões plenárias, também participam especialistas, técnicos, representantes de fundos de investimentos, com troca de experiências.

"Eu sou Amazônia, eu sou guardiã da floresta. Há mais de 11 mil anos atrás, os povos indígenas, junto com os povos tradicionais, quilombolas, nós vemos segurando a Amazônia. Nosso dever é segurar a Amazônia, é proteger as nascentes, é lutar pelo nosso território, pela nossa cultura. E nós estamos aqui hoje mostrando para vocês, [que] nós somos um povo resistente", disse.

A terra indígena onde a cacique vive está rodeada por fazendas e pelo garimpo. Apenas em 2021, a terra indígena no município de Novo Ipixuna, próxima à terra indígena Mãe Maria, voltou à posse do povo Akrãtikatêjê, que são os gaviões da montanha, após 17 anos de batalha judicial contra a concessionária Eletronorte. Agora, a cacique, que é a primeira liderança mulher de seu povo, defende que é importante que haja incentivo para que os próprios indígenas possam também gerar riquezas a partir do que produzem.

Segundo Tonkyre, as políticas públicas chegam aos indígenas ainda de forma muito lenta, não possibilitando o desenvolvimento local. "Eu estou aqui pedindo para as pessoas que estão ouvindo, não só o ministro, mas todos aqueles países que estiverem presentes, que vocês também escutem a gente e abracem o nosso projeto, porque nós viemos de longe do Brasil. Assim como as outras pessoas estão aqui, nós estamos em busca de parceria, de montar essa parceria e de dar continuidade", ressaltou.

Na terra indígena, a produção é diversa, que inclui castanha-do-pará, peixe, óleo de copaíba, açaí, hortaliças, entre outros. Eles conseguem vender os produtos para outras regiões do país. Mas ainda precisam de apoio técnico para que possam ter uma marca e buscar inclusive parceiros internacionais para exportação.

O que ocorre atualmente, de acordo com Tonkyre, é que muitos compram o produto mais barato e os revendem. "Eu não quero que tenhamos atravessador, mas que o meu produto chegue no mercado através da minha própria comunidade. Já fomos muito explorados, fomos muito, muito, eu não quero mais. É por isso que a gente também busca esse tipo de parceria para ter autonomia. De eu mesma estar vendendo meu produto, eu mesma poder falar do meu produto. É isso que eu quero, sabe? Eu não quero viver nessa dependência", explicou à Agência Brasil.

Produção rural nas Américas

O primeiro Encontro de Líderes Rurais começou na terça-feira (16), na Costa Rica, com visitas técnicas a projetos que adotam práticas sustentáveis. Nesta quarta-feira, tiveram início as discussões plenárias, que seguem até quinta-feira (18). O encontro segue, então, com visitas técnicas até o próximo dia 20. Ao final, os participantes deverão definir diretrizes de atuação conjunta.

"Somos o continente que é o maior exportador de alimentos do mundo, então pedimos mais respeito com esse continente, porque somos fortes, às vezes não nos damos conta", disse no discurso de abertura o diretor-geral do IICA, Manuel Otero. "A agricultura ou será sustentável ou não será", enfatizou.

Segundo dados apresentados pelo Prêmio Mundial de Alimentação de 2020, Rattan Lal, que participou do evento por meio de gravação, a América Latina e o Caribe têm uma área florestal de 1 bilhão de hectares, que representa 28% do total mundial, e uma biodiversidade que representa 36% das espécies alimentares e industriais do mundo. Nessa região, 38% do uso da terra é agrícola.

Na América Latina existem quase 15 milhões de pequenas propriedades agrícolas, das quais 10 milhões são voltadas para a subsistência. A área voltada para a agricultura familiar é de 400 milhões de hectares. De acordo com Lal, as pequenas propriedades agrícolas desempenham um papel importante na agricultura global, especialmente nos meios de subsistência de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento.

O ministro de Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai, Fernando Mattos, ressaltou a necessidade da valorização das populações rurais. Ele é o presidente da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), o órgão máximo de governo do IICA, formado pelos ministros e secretários de Agricultura dos 34 países das Américas que compõem o instituto.

A ruralidade, segundo o ministro, "é um conceito mais amplo, é um estilo de vida. Como defender nossas tradições, nossa história, nossos costumes, produtores que estão muitas vezes com condições de desenvolvimento muito diferentes. Existe em todo o nosso continente, e talvez no mundo, essa condição pela qual a oportunidade daqueles que vivem na zona rural não é a mesma que aos que vivem na zona urbana", ressaltou. (Agência Brasil)

Comissão do Senado aprova aumento de salários de juízes e promotores

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou na quarta-feira (17) uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria um adicional por tempo de serviço nos salários de agentes públicos das carreiras jurídicas. A medida prevê um aumento de 5% do salário a cada cinco anos (quinquênio), até o limite de 35%. Esse percentual não entra no cálculo do teto constitucional - valor máximo que o servidor público pode receber.

Apresentada pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, a medida beneficiava inicialmente juízes e promotores e procuradores do Ministério Público, mas uma emenda incluída pelo relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO) estendeu o adicional para as carreiras da advocacia pública federal e estadual, Defensoria Pública, delegados de polícia e conselheiros de tribunais de contas.

A PEC recebeu 18 votos favoráveis e 7 contrários e será analisada agora pelo plenário do Senado. Por ser uma emenda constitucional, precisa ser aprovada em dois turnos de votação para prosseguir à Câmara dos Deputados.

Na justificativa para o projeto, Pacheco argumentou que os salários de juízes e promotores no início e no fim das carreiras é muito similar, e que é necessário criar formas de reter esses profissionais no sistema de Justiça.

"Queremos promotores e procuradores de Justiça que tenham independência funcional e que se dediquem inteiramente à defesa da ordem democrática. Então, para que tenhamos, precisamos proporcionar um ambiente atrativo ou perderemos profissionais altamente vocacionados para outras carreiras que remuneram melhor", diz Pacheco na justificação da PEC.

"A gente precisa gastar melhor o dinheiro público e talvez gastar melhor seja gastar melhor com bons funcionários públicos na carreira jurídica [ou] em qualquer outra carreira", defendeu o senador Eduardo Gomes, relator da matéria.

Impacto nos cofres públicos

Parlamentares contrários à medida destacaram o impacto dos aumentos no orçamento público. "Isso vai ter impacto nos 26 estados e no Distrito Federal. A pressão sobre os governadores será imensa. Como ex-governador, é a pior política de gestão de pessoal que se tem, a do anuênio ou a do quinquênio, porque ela não fala em meritocracia, é o aumento vegetativo da folha, independente do gestor, e, portanto, na minha opinião ela não estimula a melhoria do serviço público", afirmou o líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA), que governou a Bahia entre 2007 e 2014.

Ele ainda citou uma projeção do Ministério da Fazenda, que prevê um aumento de R$ 42 bilhões aos cofres públicos. "Não falo em nome do governo, falo em nome do país, da responsabilidade fiscal e do impacto que essa decisão pode ter", insistiu Wagner.

Em outra nota técnica, de 2022, o Centro de Liderança Pública (CLP) calculava impactos anuais de R$ 2 bilhões, quando a medida ainda era restrita a magistrados e membros do Ministério Público. Além disso, o universo de servidores alcançados era de 38 mil, um número insignificante quando comparado aos 11 milhões de servidores públicos existente no país, em todas as esferas administrativas. (Agência Brasil)

Haddad explica reforma tributária a empresários nos Estados Unidos

No primeiro dia de viagem aos Estados Unidos (EUA), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou oportunidades de investimento a empresários norte-americanos e debateu iniciativas para ampliar o financiamento à transição ecológica. Ao longo da semana, o ministro participa, em Washington, de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana.

No primeiro evento da terça-feira (16), Haddad explicou, na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, os efeitos da reforma tributária aprovada no ano passado sobre a oportunidade para investimentos estrangeiros no Brasil. Segundo ele, a reforma resolveu um problema de décadas ao reparar a disfuncionalidade da tributação sobre o consumo no país.

Em relação à regulamentação da reforma tributária, cujos projetos deverão ser enviados na próxima semana ao Congresso, o ministro disse que o detalhamento das regras não "estragará" a reforma constitucional. Haddad afirmou que o Brasil terá um sistema tributário de primeiro mundo a partir de 2027.

Também presente ao evento, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e ex-presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, apresentou um diagnóstico sobre a América Latina. Apesar do desafio de reduzir a imensa desigualdade social no continente, ele disse que a transição ecológica representa uma "janela de oportunidade" para a região. Goldfajn elogiou iniciativas como o hegde (instrumento de proteção cambial) verde, lançado pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP 28), em Dubai.

Em evento paralelo às reuniões desta semana, Haddad debateu a importância de instrumentos e plataformas que financiem iniciativas de transição ecológica. Na abertura do evento, o ministro destacou a importância do compartilhamento das experiências de países como o Brasil para avançar nas políticas de economia sustentável.

Segundo Haddad, o Brasil tem pioneirismo na área e está encontrando caminhos importantes. No entanto, a troca de experiências é fundamental para que os países possam fazer a transição ecológica em grande escala.

O enviado especial da Organização das Nações Unidas para a Ação do Clima, Mark Carney, elogiou a consistência e a estruturação do plano de transição ecológica apresentado durante a presidência brasileira do G20. Ele defendeu reformas radicais no financiamento internacional para o meio ambiente, para que os países tenham recursos para executar esses planos.

O evento paralelo foi organizado pelo Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis do G20 em parceria com o Instituto Clima Sociedade, o Wilson Center e o Brazil Institute.

Na quarta-feira (17), Haddad participa de alguns eventos paralelos à reunião do G20, grupo das 20 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana. No primeiro compromisso, às 9h (horário local), na sede do Banco Mundial, o ministro tem presença confirmada no painel "A força tarefa da fome", que visa a engajar líderes globais na luta contra a insegurança alimentar. Participarão ainda representantes dos Estados Unidos, da União Africana, Noruega e África do Sul.

Às 10h30, Haddad esteve em uma discussão sobre tributação internacional, durante evento organizado em parceria entre Brasil e França, na sede do Fundo Monetário Internacional (FMI). O tema ganhou destaque na reunião do G20 realizada em São Paulo, em fevereiro. (Agência Brasil)

Paraná tem 55 premiados no Mundial do Queijo; Melhor Queijeiro também é do Estado

O Paraná teve 55 queijos e produtos lácteos de 23 municípios premiados na 3ª edição do Mundial do Queijo do Brasil, que aconteceu entre os dias 11 e 14 de abril, no Teatro B32, em São Paulo. No total, 1.900 produtos de 13 países foram avaliados por 300 jurados, e 598 queijos e produtos lácteos receberam medalhas. O júri foi presidido pelo queijista Laurent Dubois, um dos melhores artesãos da França na categoria queijo.

Entre os paranaenses premiados, são 12 medalhas Super Ouro, 14 Ouro, 14 Prata e 15 Bronze. A competição, organizada pela associação SerTãoBras, avaliou de forma anônima queijos, iogurtes, doces de leite e coalhadas, pela sua aparência exterior e interior, textura, aromas e sabores. Além do Brasil, participaram do concurso Itália, Espanha, México, Argélia, Polônia, Irlanda, Colômbia, Argentina, Inglaterra, Suíça, França e Uruguai.

Os produtos premiados são de Cantagalo (2), Carambeí (1), Cascavel (2), Chopinzinho (1), Curitiba (3), Diamante D'Oeste (1), Guarapuava (1), Jaguapitã (2), Jandaia do Sul (1), Lapa (1), Londrina (6), Manfrinópolis (1), Marechal Cândido Rondon (4), Maringá (1), Nova Laranjeiras (1), Palmeira (6), Palotina (2), Paranavaí (2), Ponta Grossa (2), Ribeirão Claro (3), Santana do Itararé (3), São Jorge D'Oeste (2) e Toledo (7).

A Cooperativa Witmarsum, de Palmeira, na região dos Campos Gerais, conquistou quatro medalhas. Ganhador do Ouro, o queijo Witmarsum Colonial Natural possui o selo de Indicação Geográfica (IG) – que indica a procedência do produto, respeitando os saberes e fazeres dos produtores locais.

"Conquistar uma premiação como a do Mundial é bem mais do que um reconhecimento da qualidade dos nossos produtos, é reconhecer a força dos nossos cooperados que se empenham de sol a sol na produção leiteira, fortalecer o cooperativismo e também uma prova de que somos capazes de produzir queijos tão bons quanto os Europeus", diz o diretor de Operações da empresa, Rafael Wollmann.

O Paraná é o segundo maior produtor de leite do Brasil, com cerca de 3,6 bilhões de litros ao ano. O leite é o quarto produto em importância no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Paraná, com R$ 11,4 bilhões em 2022, de acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral). Os queijos paranaenses têm tradição de destaque em concursos nacionais e internacionais

O sistema digital de apuração no 3ª Mundial do Queijo, que soma as notas dos jurados em tempo real, foi desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR.

Entre as queijarias premiadas, algumas recebem assistência técnica do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná Iapar-Emater (IDR-Paraná). Um exemplo é o Rancho Seleção, de Londrina, no Norte do Paraná, que conquistou uma medalha Super Ouro, três Ouro, uma Prata e uma Bronze.

Outro caso é da Estância Baobá, de Jaguapitã, também no Norte, de Livia Trevisan e Samuel Cambefort, que recebeu prêmios pelo requeijão de corte (Super Ouro) e pelo baommental (Bronze), um queijo inspirado no emmental, mas com menos maturação e com sabor adocicado.

Na edição passada do Mundial, a queijaria já havia levado sete medalhas. Os prêmios deste ano vieram após um período de muitas dificuldades. Em 2023, a propriedade teve metade de seu rebanho roubado. "Essas medalhas foram uma superação para a gente depois de tanto sufoco", diz a proprietária. Além do diferencial da produção agroecológica, adotado ainda por poucas propriedades na região, as receitas da Estância Baobá têm valor sentimental. "O requeijão foi o primeiro queijo que fizemos. É uma receita da minha bisavó que foi passada para a minha mãe".

A Estância Baobá também faz parte da Rota do Queijo Paranaense, iniciativa do IDR-Paraná, e está organizando sua adesão ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf-PR), para ampliar a comercialização. Atualmente a pequena propriedade recebe apoio de extensionistas do IDR-Paraná no sistema reprodutivo. "É um acompanhamento incrível", diz Trevisan.

Além dos produtos, o Paraná também se destacou no prêmio de Melhor Queijeiro do Brasil, cujo grande campeão foi o engenheiro de alimentos Henrique Herbert, mestre Queijeiro da Queijaria Flor da Terra, de Toledo, no Oeste do Estado. Natural de Poço das Antas (RS), ele vive no Paraná há 10 anos.

Essa modalidade do concurso avaliou os concorrentes quanto ao saber-fazer profissional, à capacidade de produzir queijos em condições que os tiraram de sua zona de conforto e a habilidade em maturar um queijo em condições especiais. "Com esses resultados, cada vez mais deixamos de ser apenas um importante estado produtor de leite, mas também passamos a ser reconhecidos pelos queijos de excelência que são produzidos aqui", comemora.

Em sua equipe, Herbert contou o apoio do engenheiro de alimentos Kennidy de Bortoli, natural de Foz do Iguaçu, para desbancar os demais candidatos. Ambos atuam no Parque Científico e Tecnológico de Biociências (Biopark), em Toledo, onde conduzem um projeto de pesquisa em queijos finos. O projeto levou oito medalhas, três de Ouro e cinco de Prata.

"Tanto as medalhas conquistadas pelos nossos queijos quanto a medalha conquistada por nós vêm de encontro com o que o Biopark almeja, que é justamente o desenvolvimento da região Oeste do Paraná, com o fator do ensino e a pesquisa", diz Herbert. (AENPR)

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1050528-88.2018.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDERSON CORTEZ MENDES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GABRIEL BATISTA PEREIRA DA SILVA, Brasileiro, RG 46.025.416-9, CPF 396.716.958-84, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, objetivando a quantia de R$ 1.373,43 (setembro de 2018), decorrente Contrato de Prestação de Serviços Educacionais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de março de 2024. 17 e 18 / 04 / 2024

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **26/04/2024, às 10h30**, na modalidade exclusivamente presencial, em sua sede localizada na Avenida Tiradentes, nº 848, Centro, Matão/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária (AGO): a.)** Exame, Discussão e Votação do Balanço Geral, Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2023; **b.)** Eleição da Diretoria para o biênio 2024/2025; **c.)** Fixação dos honorários da Diretoria. Matão/SP, 18/04/2024. - Walter Baldan Filho - Diretor. (18,19,20)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1041493-83.2023.8.26.0114 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem, do Foro Especializado da 4ª e da 10ª RAJs, Estado de São Paulo, Dr(a). JOSÉ GUILHERME DI RIENZO MARREY, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EXPRESSO POPI LTDA - EPP, CNPJ 04828774000166, com endereço à Avenida Francisco Glicério, 297, Sala T 3 - Na pessoa de Maria Helena G. Marciano, Centro, CEP 13026-501, Campinas - SP, que lhe foi proposta uma ação de Falência de Empresários, Sociedades Empresárias, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte por parte de Auto Posto Petroleiros Ltda. e outro, com fundamento no artigo 94, I, da Lei 11.101/2005, por impontualidade no pagamento de R$ 37.717,97. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 10 dias, a fluir após os 20 supra, apresente defesa, podendo, nos termos do art. 98, parágrafo único da Lei 11.101/2005, depositar o valor correspondente ao total do crédito reclamado, que deverá ser atualizado até a data do depósito com juros e correção monetária, acrescida de custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor do débito, sob pena de decretação da falência. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital afixado e publicado na forma da Lei.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1041839-13.2022.8.26.0100. O Dr. VALDIR DA SILVA QUEIROZ JUNIOR, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Capital/ SP , Faz Saber a PAULO EDUARDO DE MELLO RYDLEWSKI (RG nº 9.040.856-SP e CPF/MF nº 006.201.168-54), CARLOS ALBERTO DE MELLO RYDLEWSKI (RG nº 7.700.059-SP e CPF/MF nº 672.808.628-53), CLAUDIA CRISTINA DE MELLO RYDLEWSKI (CPF/MF nº 047.802.108-95), THEREZA MARIA BASTOS DE MELLO (RG nº 922.906-SP e CPF/MF nº 672.808.628-53) e CLAUDIO JOSÉ RYDLEWSKI (RG nº 958.869-PR e CPF/MF nº 447.554.148-49,) que CONDOMÍNIO EDIFÍCIO DAS FONTES lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 12.552,76, referente ao não pagamento dos débitos condominiais do apartamento nº 52,. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Será o presente, afixado e publicado. São Paulo, 02/04/2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1062221-95.2020.8.26.0100 (U-860) A Dra. GISELA AGUIAR WANDERLEY, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Maria Celina da Silva, Rubem Vicente da Silva, Fernando Cabral Dias, Wilson Andreoli, Cleide Teci Andreoli, Oswaldo Pimentel Portugal e Lacy Pimentel Portugal, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Andrea Regina Maran Lopes e Marcio Roberto Lopes da Silva ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração do domínio do imóvel situado na Rua Capitão John Cordeiro e Silva, nº 123, Jardim Luso, São Paulo-SP, CEP 04421-060, objeto da transcrição nº 233.215 do 11º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 21 de março de 2024.

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo, 15 de março de 2024.

À **LOCADORA DL DO BRASIL LTDA.** - Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 110, 5º andar, salas 51/52/53/54 – Itaim Bibi – São Paulo – SP – CEP 04542-000.

Ref.: **Renúncia ao Cargo de Administrador.** Prezados Senhores, Venho, pela presente, comunicar a minha **renúncia**, por motivos pessoais, ao cargo de Administrador da **Locadora DL do Brasil Ltda.**, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 110, 5º andar, salas 51, 52, 53 e 54, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04542-000, inscrita no CNPJ sob o nº 12.584.799/0001-90, e solicitar as providências de V.Sas. para a minha substituição no referido cargo.

Cordialmente, **Daniel Rodrigues da Cunha Coimbra**

AGROSTAHL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 45.493.772/0001-40

Assembleia Geral Ordinária / Extraordinária - Convocação

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em **26 de abril de 2024**, às 10:00 horas, no Hotel Cordialle, Rua Sotero de Souza, nº 500 - São Roque/SP - CEP 18130-200, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária: a)** Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas da administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme proposto nas Demonstrações Contábeis. **Assembleia Geral Extraordinária: a)** Alteração do endereço da Filial da empresa no município de Itajaí/SC; **b)** Atualização do endereço da Matriz da empresa situada no de Mairinque/SP em virtude do Decreto Municipal Lei nº 4.140/2023 ter atribuído novo nome ao atual endereço para Rua Joviano Machado, nº 27, Distrito Industrial, Mairinque/SP, CEP 18120-000. **Observação:** A primeira chamada da assembleia será às 10 horas e terá início se todos estiverem presentes. Caso contrário, a segunda chamada ocorrerá às 11 horas e terá início com os presentes.

CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA E DOR SÃO PAULO LTDA

CNPJ 07.099.347/0001-82 - NIRE/SP 35.219.518.989

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os sócios da Sociedade, com sede na Alameda Santos, 1765-1773, conj. 1403, São Paulo/SP, para se reunirem em **AGO**, a distância, por videoconferência através da plataforma ZOOM, a ser realizada às 20h:00 do dia **25/04/2024**, em 1ª convocação, e às 20h:30 do dia **25/04/2024**, em 2ª convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação. Endereço Eletrônico: https://us02web.zoom.us/j/83595478393?pwd=Wk16aWFOQTJnTlNGZE4V0M0NldIdz09 - ID da reunião: 835 9544 7839 - Senha: 951635. Solicitamos aos senhores sócios que verifiquem a compatibilidade da plataforma/aplicativo com antecedência para evitar problemas de conexão no dia da Assembleia. **Deliberações.** A Assembleia será realizada para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Apreciação e aprovação do balanço e das contas do exercício de 2023. b) Eleição da Diretoria Administrativa para o biênio 2024 a 2026. São Paulo, 15.04.2024. **Clínica de Anestesiologia e Dor de São Paulo Ltda.** p. Carlos Alberto Leme - Diretor Geral, p. Vinicius Gonçalves Vieira - Diretor Executivo

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 48.343.871/0001-34 | NIRE 35300602854

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA EM RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Bamboo Securitizadora S.A. ("Debenturistas", "Debêntures", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.147/0001-50 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 8.2.3, da Escritura de Emissão ("Escritura de Emissão") e Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, **em primeira convocação, em 07 de maio de 2024, às 10:30, e em segunda convocação no dia 16 de maio de 2024, às 10:30, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução CVM nº 60, das demonstrações financeiras do patrimônio separado das Debêntures da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Debenturistas está disponível (i) no site da Emissora: https://bamboodcm.com/emissoes/ e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, por videoconferência, via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora securitizadora@bamboodcm.com e ao Agente Fiduciário fiduciario@commcor.com.br, preferencialmente, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Debenturista poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando o correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://bamboodcm.com/emissoes/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Debenturistas na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Debenturista ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 17 de abril de 2024.

BAMBOO SECURITIZADORA S.A.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

CNPJ/MF nº 09.352.896/0001-42 - NIRE nº 35.300.353.170 - COMPANHIA FECHADA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 02 de fevereiro de 2024, às 14h00 (quatorze horas), realizada por videoconferência, nos termos da IN/DREI nº 81/2020 e do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, sendo considerada como ocorrida na sede social da Companhia, situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar - parte, CEP 04551-065. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, em decorrência da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa; Secretário: Francisco Daniel Holanda Noronha. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **5. DELIBERAÇÃO:** Os senhores Conselheiros, nos termos do artigo 21, item (ii), do Estatuto Social da Companhia e nos moldes do artigo 143 da Lei 6.404/1976, por unanimidade de votos, deliberaram: a. Aprovar a reeleição da integralidade dos membros da Diretoria da Companhia: (1) **FÁBIO RUSSO CORRÊA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 16830417 – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 014.930.467-64, para ocupar o cargo de Diretor Superintendente; e (2) **MONICA DA CRUZ LAMAS**, brasileira, solteira, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG Nº 56.401.832-6 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 888.170.837-04, para ocupar o cargo de Diretora sem designação específica; ambos com endereço profissional na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, CEP 04551-065, com mandato pelo prazo de 01 (um) ano, à contar desta data, ou seja, até 02 de fevereiro de 2025, devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. b. Os Diretores ora eleitos aceitaram a sua nomeação e declararam ter conhecimento do artigo 147 da LSA e, consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades mercantis, conforme Termos de Posse e Declaração de Desimpedimento arquivados na sede da Companhia. c. Os Conselheiros decidem ainda ratificar e convalidar todos os atos praticados pelos Diretores ora reeleitos entre o dia 05/12/2023, data de encerramento de seu mandato imediatamente anterior, até esta data, por quaisquer dos Diretores da Sociedade. **6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA E APROVAÇÃO DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes de forma eletrônica, nos termos da alínea "c", do §1º do artigo 5º da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. **7. ASSINATURAS:** Fábio Russo Corrêa, como Presidente da Mesa e Francisco Daniel Holanda Noronha, como Secretário. **Conselheiros: (i)** Fábio Russo Corrêa; **(ii)** Roberto Penna Chaves Neto; **(iii)** Miguel Dau; **(iv)** Monica da Cruz Lamas; **(v)** Tobias Market e; **(vi)** Simon Daniel Locher. Certificamos que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. **Mesa:** Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - *Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*, Ana Maria de Castro Rovai - Secretária da Mesa - *Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*. JUCESP nº 90.037/24-8 em 04.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59 - NIRE 3530002825-2

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **26/04/2024**, às **9h00**, em sua sede localizada na Avenida Tiradentes, nº 1500 - Nova Matão/SP, na modalidade exclusivamente presencial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação das Contas dos Administradores, balanço e Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2023; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos; **c)** eleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Sede de Extraordinária: a.)** Modificação do artigo 9º do Estatuto Social, para alterar o número de membros do Conselho de Administração conforme nova redação: "**Artigo 9º:** *A Companhia será administrada por um* **Conselho de Administração** *composto de 5 membros, acionistas ou não, residentes no País, e por uma* **Diretoria Executiva** *composta de no mínimo 2 e no máximo 7 membros, acionistas ou não, igualmente residentes no País, sendo comum aos membros de ambos os órgãos as normas legais relativas à requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades.* **§único** *Os membros do* **Conselho de Administração** *serão eleitos pela Assembleia Geral e os membros da* **Diretoria Executiva** *serão eleitos pelo* **Conselho de Administração**, *em observâncias ao presente Estatuto e aos Acordos de Acionistas que forem arquivados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76.*" **b.)** Modificação do artigo 36º *caput* do Estatuto Social, para alterar o número de membros do Conselho Consultivo, conforme nova redação do Artigo 36º, mantendo-se os parágrafos: "**Artigo 36.°:** *A Companhia, por solicitação de qualquer membro do* **Conselho de Administração**, *poderá instalar um* **Conselho Consultivo**, *de funcionamento não permanente, composto de 06 membros, residentes no Brasil, acionistas ou não da Companhia, eleitos pelo* **Conselho de Administração**, *e com mandatos de 01 ano, sendo possível a reeleição.* **c.)** Referendar a abertura de 02 filiais da Companhia, sendo 01 no município de Goiânia, Estado de Goiás, situada na Avenida Castelo Branco, nº5021, QD.29ª,LT.18 - Rodoviário Goiânia GO - CEP:74.430-130 e 01 no município de Maringá/PR, situada na Rodovia PR-317, 370, Parque Industrial Bandeirantes - CEP: 87.070-020, ambas tendo como objeto social o comércio atacadista de partes e peças para uso agrícola; **d.)** Referendar a extinção de 05 filiais inativas da Companhia referente aos seguintes CNPJs: CNPJ 52.311.347/0004-00, CNPJ 52.311.347/0005-82, CNPJ 52.311.347/0006-63; CNPJ 52.311.347/0007-44 e CNPJ 52.311.347/0010-40; **e.)** Referendar a contratação de financiamento junto à FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - Finep, inscrita no CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 pela Companhia, bem como assinatura do contrato de financiamento no valor de até R$ 56.783.769,00; **f.)** Referendar o pagamento de uma remuneração adicional ao Conselho de Administração referente ao ano de 2023; **g.)** Reajuste da remuneração global do Conselho de Administração; **h.)** Ratificação da contratação dos auditores independentes; **i.)** Consolidar o estatuto social da Cia, de modo a refletir as alterações aprovadas nesta AGOE; Matão/SP, 18/04/2024. Walter Baldan Filho - Presidente do Conselho de Administração. (18,19,20)

REVITA ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.623.970/0001-55 - NIRE 35.300.338.952

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local. 01.04.2024, de forma digital, considerada, portanto, como realizada na sede, Avenida Gonçalo Madeira, 400FR, térreo, sala 1, São Paulo/SP. Presença. Totalidade do capital social. Mesa. Presidente: Anrafel Vargas Pereira da Silva. Secretário: Frederico Guimarães da Silva. Deliberações Aprovadas. A celebração de todo e qualquer instrumento para formalizar a operação de garantia a ser contratada pela controlada **Biotérmica Energia S.A.** CNPJ.: 09.618.374/0001-40, com o **Banco Daycoval S.A.**, para a emissão da Carta Fiança que garante o contrato de financiamento firmado entre o **BNDES** e a controlada da seguinte forma: • Carta Fiança no valor de **R$ 14.362.006,01;** • Prazo: 2 anos; • Comissão: 2,0 % a.a.; • Forma de pagamento: Postecipado Trimestral; • Garantia: Clean. Encerramento. Nada mais. São Paulo, 01.04.2024. Acionistas: **Solví Essencis Ambiental S.A.** - Por Frederico Guimarães da Silva e Anrafel Vargas Pereira da Silva. JUCESP nº 143.477/24-9 em 11.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EMBRAMACO - EMPRESA BRASILEIRA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO S.A.

CNPJ/MF: 56.883.820/0001-23 - NIRE: 35.300.550.935

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, dia 29 de abril de 2024, às 10 horas, na sede social da empresa **EMBRAMACO - EMPRESA BRASILEIRA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO S.A.**, na Avenida Conde Guilherme Prates, nº 382, sala 03, Bairro Santa Catarina na cidade de Santa Gertrudes - SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores; b) Deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2023; c) Publicação das Demonstrações Financeiras; e d) Destinação do resultado do exercício. (18-19-20)

AGRO REUNIDAS S.A.

CNPJ/MF N.º 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **26/04/2024, às 14h00min.**, em sua sede localizada Avenida Tiradentes, nº 858- SL3 – Centro/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação das Contas dos Administradores, balanço e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2023, e cujos documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76 foram disponibilizados aos acionistas; **b.)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos; **c.)** Fixação da remuneração global dos administradores; **Em Sede de Extraordinária: a)** Ratificar a contratação em favor da Baldan Agropecuária Eireli, de limite guarda-chuva no valor de R$ 20.100.000,00, via CCB com Sicoob Credicitrus, com constituição de garantia de alienação fiduciária de 100% de dois imóveis rurais, sendo Fazenda Boa Vista matrícula 42.602, e Fazenda São João matrícula 43.015; **b)** Ratificar a decisão do Conselho de Administração de alteração do capital social da controlada Baldan Agropecuária Ltda; Matão/SP, 18/04/2024. **Cleber Baldan – Presidente do Conselho de Administração.** (18,19,20)

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.

CNPJ/MF nº 42.130.537/0001-16 - NIRE nº 35300569636 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 05 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei nº 6.404/76, eu, **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.478.664-2/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 070.803.997-93, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14/04/2023 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **ROBERTO PENNA CHAVES NETO** - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil* - Ciente em: 05/04/2024. **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.**, Fábio Russo Corrêa - Diretor Presidente - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil*. JUCESP nº 150.761/24-7 em 11.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO

CNPJ/MF nº 23.361.030/0001-29 - NIRE 35.300.534.590

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SWC Special Opportunities Brazil, LLC, na qualidade de acionista da **CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO** ("Companhia"), nos termos do art. 123, parágrafo único, c, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), informa que ficam convocados os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada, em primeira convocação, em 24 de abril de 2024, às 11 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente presencial, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, nº 68, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04.552-040, para deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (a) fixação da remuneração global dos administradores, nos termos do art. 152 da Lei das S.A.; (b) reprovação da deliberação do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 14 de dezembro de 2023; e (c) propositura de ação de responsabilidade civil contra os administradores por prejuízos causados à Companhia pelas deliberações do Conselho de Administração da Companhia ocorridas em 14 de dezembro de 2023, nos termos do art. 159 da Lei das S.A. Para participar e votar na Assembleia, os representantes dos acionistas deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos acionistas, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis, nos termos da legislação aplicável.

São Paulo, 16 de abril de 2024

SWC SPECIAL OPPORTUNITIES BRAZIL, LLC

Acionista nos termos do art. 123, parágrafo único, "c", da Lei das S.A.

Golin Participações S/A

CNPJ: 05.487.746/0001-95 – NIRE: 35300315189

Assembleia Geral Ordinária – Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306-A – Jd. Cidade Aracília, Guarulhos – SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 10:30 horas e, em 2ª convocação, às 11:00 horas do dia 27/04/2024 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: I – Em AGO: a) Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercicio social encerrado em 31/12/2023; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleger os membros da Diretoria; d) Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2024. Sr. Lourival Odécio Golin – Diretor . Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembléia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº. 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista *(on-line)*, local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição dos dias 23,24 e 25 de Março de 2024 do jornal O DIA SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembléia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

B STEEL LTDA.

CNPJ nº 23.221.540/0001-09 - NIRE nº 35.229.419.011

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo: **I. STARPS Participações Ltda.**, CNPJ 30.463.229/0001-23, neste ato, representada por sua sócia e administradora **Ana Paula Campanha Romano**, RG 19.388.003-9 SSP/SP, CPF 129.570.058-16. Única sócia da **B STEEL Ltda.**, CNPJ 23.221.540/0001-09. E, ainda: **II. Ana Paula Campanha Romano,** RG 19.388.003-9 SSP/SP, CPF/MF 129.570.058-16. Têm justa e acordada a presente alteração do Contrato Social, mediante as seguintes Cláusulas e condições: **I.** A sócia **STARPS Participações Ltda.** cede e transfere, neste ato, 50% de suas quotas de participação no capital social da Sociedade, representando 46.850 quotas de participação no capital social da sociedade, cada uma com valor de R$ 1,00 cada, totalizando R$ 46.850,00 para a Sra. **Ana Paula Campanha Romano**, acima qualificada. **II.** As sócias decidem por alterar natureza jurídica de Sociedade Ltda. para S.A. de Capital Fechado, passando a ser regida pelas disposições legais aplicáveis às S.A. de capital fechado. **a)** Sendo assim, cada 01 quota que compõe o capital social da Sociedade é convertida em 01 ação ordinária da Sociedade, com direito a voto, nominativas, totalizando 93.700 ações ordinárias. **b)** A presente transformação acontecerá **(i)** sem nenhuma solução de continuidade da Empresa; e **(ii)** todos os bens, valores e direitos de propriedade da Empresa, assim como as obrigações de responsabilidade da Empresa permanecem inalterados. **III.** Em conformidade com a transformação em Sociedade por Ações de Capital Fechado, os ora acionistas decidem: **a)** Alterar a denominação social da Companhia, que deixa de ser "**B STEEL Ltda.**" e passa a ser "**B STEEL Securitizadora S.A.**". **b)** Alterar o endereço da sede da Companhia para a **Rua Dr. Albuquerque Lins, 537, Santa Cecília, SP, SP, CEP 01230-001**. **c)** Alterar o objeto social da Companhia, excluindo a atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios correspondentes de instituições financeiras. Dessa forma, o objeto social passa a ser: A Sociedade tem por objeto social a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos seguimentos comercial, industrial, financeiro e de prestação de serviços que sejam suscetíveis de securitização (CNAE 6492-1/00). **d)** Encerramento da filial com sede à Rua Carlos José Michelon, 293, Jardim Andaraí, SP, SP, CEP 02166-010, CNPJ 23.221.540/0002-81, com seu registro à JUCESP sob o NIRE 35.905.445.693. **IV.** Em continuação, por unanimidade, deliberam os acionistas por eleger os membros da Diretoria da Sociedade: **a)** Foi eleita, como membro da Diretoria da Sociedade, para cumprirem mandato de 03 anos, para o cargo de Diretora-Presidente, a Sra. **Carolinne Romano,** RG 45.332.147 SSP/SP, CPF 419.304.358-43. **V.** Por fim, os acionistas aprovam a adoção pela Sociedade, do Estatuto Social que segue anexo à presente (Anexo III), já contendo as alterações das demais deliberações tomadas nesta Assembleia Geral de Transformação, o qual passa a substituir os termos do antigo Contrato Social da Empresa. SP, 04/03/2024. **JUCESP -** 128.877/24-8, **NIRE -** 3530063490-0 em 27/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

CNPJ nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301

Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a serem realizadas cumulativamente em 25 de abril de 2024, às 16:00 horas, horário de Brasília, **de forma semipresencial**, excepcionalmente, na **Avenida Paulista, nº 1978, 9º andar, conjuntos 91 e 92, Cerqueira Cesar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01418-102**, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme publicados na edição de 18 de março de 2024 do jornal "O DIA SP", bem como na página do mesmo jornal na internet, nas páginas 02 e 03; **(ii)** deliberar a respeito da destinação do resultado do exercício; e **(iii)** conhecer a renúncia apresentada por membro do Conselho de Administração da Companhia e a subsequente eleição de seu substituto. Em Assembleia Geral Extraordinária: deliberar sobre **(i)** a remuneração anual global dos administradores da Companhia; **(ii)** a transferência do endereço da sede da Companhia e a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; **(iii)** a alteração do Estatuto Social: (a) para prever expressamente a possibilidade de conversão de classe de ações de emissão da Companhia, de ordinárias em preferenciais; e (b) para prever expressamente a possibilidade de realização de assembleias gerais de forma também semipresencial ou exclusivamente digital; **(iv)** o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, em razão dos exercícios das opções de compra outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de agosto de 2020, e a correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; **(v)** a conversão da espécie de ações de titularidade de determinados acionistas da Companhia, de ordinárias em preferenciais; **(vi)** a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R$13.235.260,30 (treze milhões, duzentos e trinta e cinco mil duzentos e sessenta reais e trinta centavos), mediante a emissão de até 4.968.586 (quatro milhões, novecentas e sessenta e oito mil quinhentas e oitenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e até 13.272 (treze mil duzentas e setenta e duas) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos) por ação e, conforme aplicável, a correspondente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; **(vii)** a consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações propostas nos itens anteriores; e **(viii)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 16:00 horas, horário de Brasília, do dia 24 de abril de 2024, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: filiphe.silva@juntossomosmais.com.br. A Companhia ressalta que as demonstrações financeiras completas, bem como os documentos pertinentes para discussão da ordem do dia estão à disposição de V. Sas. na sede social da Companhia, conforme aviso aos acionistas publicado nas edições dos dias 13, 14 e 15 de março de 2024, do jornal "O DIA SP", bem como na página do mesmo jornal na internet, nas páginas 1, 3 e 1, respectivamente. São Paulo, 16 de abril de 2024. Conselho de Administração, p. Osvaldo Ayres Filho - Presidente. (16, 17 e 18/04)

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0004560-42.2024.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDERSON CORTEZ MENDES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) P. C. REIS SILVA EIRELI, CNPJ 08381583000150, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por FABIANO PASSOS DA CRUZ. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 13.991,06 (Fevereiro/2024), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital,por extrato,afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de abril de 2024. |**18,19**|

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1077444-35.2013.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda Perez Jacomini, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Joaquim Oliveira Souza e Judith Fernandes de Oliveira Souza, Osvaldo Genkiksi Arakaki e Toshiko Hocama Arakaki, João Irineu Cruz e Nair Costa Cruz, Darzilio Bergano, Jair de Oliveira Souza, José Luiz de Oliveira Souza, Eduardo Ferreira Capela, João Rodrigues, Joaquim Oliveira Souza, Nancy Gonçalves Bergamo, Nair Costa Cruz, Judith Fernandes de Oliveira Souza, Encarnação Pereira Rodrigues, Jonas Nogueira Tolentino e YARA CANAL GIANNOCCARO, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Marta Mitie Arakaki ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Belmira Vaz, nº 258, Vila Romero, São Paulo/SP, CEP: 02469-160, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |**18,19**|

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1108699-59.2023.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Ila Companhia Internacional de Comércio e Conjunto Residencial Flat Richilieu, por seu síndico, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Fabian Daniel Maggiori ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre Imóvel localizado na Rua Cardeal Arcoverde, n° 840, apto. 64 A Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05408-001, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |**18,19**|

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1052785-78.2021.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Suzana Gagliardo, Regina Gagliardo, Oreste Gagliardo, Mariza Gagliardo Puoço, Antonio Egydio Puoço, Rosana Gonçalves Cotarelli, Marcelo Cotarelli, Sergio Alberto de Moraes, Cícera da Silva, William Marques Felício, Willian Marques Felicio, Juliana Carvalho Pedro Felício, Gisele Marques Felicio, Vinicius José Sato da Silva, Manoel Simões, Abram Aizic e Izidoro Aizic, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Rafael Lima dos Santos ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Jenny Klabin Segall,n°424,Sítio do Mandaqui, São Paulo/SP, CEP: 02542-120, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15(quinze)dias úteis,a fluir após o prazo de 20(vinte)dias da publicação deste edital.Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial.Será o presente edital,por extrato,afixado e publicado na forma da lei. |**18,19**|

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº**1007634-26.2020.8.26.0100** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,Dr(a).Patrícia Martins Conceição,na forma da Lei,etc.FAZ SABER a(o) Rosilene Andrea Santos Alvarenga,Luiz Sérgio Kakazu,Gino Fernando Caruso Salerio,Espólio de Antônio Joaquim Teixeira,Ana dos Anjos Dias da Costa,João Marinho,Luzia das Dores Costa Marinho,Alcides de Souza Freitas, Cecília da Silva Freitas,Lydia Momesso Freitas e João de Souza Freitas,réus ausentes,incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores,que Antonio Carlos Tadeu de Paula, Sany Cristina Urbano, Rita de Cassia de Paula e Edney Melati de Paula ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Henrique Carlos Correa, nº 106, Vila Santa Clara, São Paulo/SP, CEP: 03273-520, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. |**18,19**|

5ª Vara Cível - Foro Regional XI - Pinheiros/SP. Proc.1011698-50.2023.8.26.0011.Citação.Prazo 20dias.A Dra. Larissa Gaspar Tunala,Juíza de Direito da 5ª Vara Cível - Foro Regional XI-Pinheiros/SP.Faz saber aos ocupantes dos incertos e desconhecidos,que Roni Comercio Administracao e Participacoes Ltda. ajuizou ação de reintegração de posse, objetivando seja julgada procedente,com a reintegração de posse do imóvel prédio comercial localizado na Rua Deputado Lacerda Franco 120,Pinheiros,São Paulo/SP,condenandoos nas custas e despesas processuais,e honorários advocatícios. Sendo desconhecidos os ocupantes e estando em lugar ignorado,expede-se edital de citação, para que no prazo de 15dias, a fluir do prazo supra,contestem o feito,sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia.Será o edital,afixado e publicado na forma da lei. |**18,19**|

Edital de Citação.Prazo 20dias.Processo nº**1039904-69.2021.8.26.0100**.O MM.Dr.Guilherme Santini Teodoro,MM.Juiz de Direito da 30ªVara Cível - Foro Central Cível/SP.,na forma da lei,Faz Saber a Consórcio Mobilidade SBC CNPJ 20.663.501/0001-65, que T. L. Locação de Maquinas e Equipamentos Ltda. ajuizou ação comum para cobrança de R$ 37.407,17, (abril/2021), referente às NFs 216 e 217. Estando a ré em lugar incerto, expede-se edital de citação, para em 15 dias, a fluir do prazo supra, contestar a ação, sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei.|**18,19**|

ARAINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 06.139.408/0001-25 - NIRE 35.300.314.051

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Arainvest Participações S.A.** para comparecer à sede social da Companhia, estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Manoel da Nóbrega, 1280, 10º andar, Ed. Kyoei, Paraíso, CEP 04001-004, a fim de se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, de modo presencial, **a realizar-se em 26 de abril de 2024**, em primeira convocação, às 10h30; e, em segunda convocação, às 11h, a fim de **1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; e **2)** fixar a remuneração global anual dos Administradores da Sociedade.

São Paulo, 17 de abril de 2023. Edson Maioli - *Diretor*, Dionysios Emmanuil Inglesis - *Diretor*

Salipart Participações S/A

CNPJ 00.757.639/0001-16 - NIRE 35.3.0014279.9

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Salipart Participações S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25/04/2024 às 15:30 horas na sala da diretoria do imóvel situado na Rua Florêncio de Abreu, 123, São Paulo - SP tendo em vista que sua sede social encontra-se em reforma, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2023; b) Transferência do saldo do resultado líquido do exercício para a conta de lucros acumulados; c) Determinação do montante de dividendos a serem distribuídos até 31/12/2024. São Paulo, 16 de abril de 2024. **Mario Roberto Rizkallah -** Diretor

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE JOSÉ DIAS DA FONSECA, REQUERIDO POR ELIANE DA FONSECA DENKER E OUTRO - PROCESSO Nº 1002842-55.2023.8.26.0704. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Coelho Okida, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 04 de dezembro de 2023, foi decretada a INTERDIÇÃO de JOSÉ DIAS DA FONSECA, CPF 06213170804, declarando a incapacidade relativa do requerido, nos termos do artigo 4º, inciso III, do Código Civil, ressalvando que a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial e nomeadas como CURADORAS, em caráter DEFINITIVO, as Sras. Ivone Maria Fonseca Francisco e Eliane da Fonseca Denker. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de abril de 2024. N-17

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.

CNPJ/MF nº 42.206.269/0001-79 - NIRE nº 35300570286 - COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

São Paulo/SP, 05 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua Pais Leme, 524, 4º Andar, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.478.664-2/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 070.803.997-93, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14/04/2023 às 09h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **ROBERTO PENNA CHAVES NETO** - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil* - Ciente em: 05/04/2024. **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.,** Fábio Russo Corrêa - Diretor Presidente - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil.* JUCESP nº 150.762/24-0 em 11.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ERRATA

Copart do Brasil Organização de Leilões Ltda.

CNPJ - 15.517.191/0006-82

Lucas Eduardo Dalcanale - Leiloeiro Oficial

Matrícula: 20/319L - Jucepar

www.donhaleiloes.com

Conforme publicação no dia **17/10/2023 Leilão N.º: 7833- Lote N.° 143** no **Jornal O Dia SP**, faltou incluir o veículo:

Placa: IYV1390 Marca: FIAT Modelo: TORO Descrição: TORO VOLCANO AT9 2.4 16V TIGERSHARK Ano de Fabricação: 2018 Ano Modelo: 2019 Chassi: 9882261F6KKC22680 Sinistro: 010103153800444

UP.P Holding S.A.

CNPJ/MF nº 43.562.306/0001-44 - NIRE 35.300.577.167

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **UP.P HOLDING S.A.** ("Companhia") convocados a comparecem à assembleia geral ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, às 18h00min do dia 21 de maio de 2024, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 250, 11º andar, conjunto 1.106, Edifício F.L. Office, Vila Olímpia, CEP 04552-040, fora da sede da Companhia, em razão da ausência de espaço e capacidade física na sede social para recepção dos acionistas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023; (ii) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023; (iii) Deliberar sobre a destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023; e (iv) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos diretores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Para participação na AGO, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar o instrumento de mandato, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da LSA. Os documentos relativos à ordem do dia foram disponibilizados pela Companhia na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital em 17 de abril de 2024. São Paulo, 17 de abril de 2024. **Gabriel Campos Pérgola -** Diretor e **Roger Keiti Sasazaki -** Diretor.

BRAZILIAN SECURITIES — Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de 2ª Convocação - Sexta Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliários das 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Onze do Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários das 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Sexta Assembleia Geral dos Investidores dos CRI ("Assembleia"), a se realizar no dia 13 de maio de 2024, às 16:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre (i) o cancelamento da manutenção do rating dos CRI; e (ii) as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60. Os titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade, descritos a seguir, em até 2 (dois) dias úteis da realização da Assembleia, para que recebam o link de acesso à Assembleia (que será pela plataforma Teams e deve ter acesso com câmera), para a Securitizadora e para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do Estatuto, Contrato Social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 17 de abril de 2024

Brazilian Securities Companhia de Securitização

grupo embramaco

EMBRAMACO – Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A.

CNPJ/MF nº 56.883.820/0001-23

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - (Valores Expressos em milhares de reais)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e 2022

Ativo Circulante	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	271.810	419.568	268.803	419.215
Contas a receber de clientes	5	280.787	343.237	280.787	344.011
Estoques	6	273.131	250.934	262.996	241.268
Tributos a recuperar	7	8.268	9.584	8.268	9.154
Adiantamentos diversos	8	7.813	28.305	7.481	28.047
Outros ativos		2.699	2.407	2.696	2.335
Total do ativo circulante		**844.508**	**1.054.035**	**831.031**	**1.044.030**
Não Circulante					
Tributos a recuperar	7	8.605	8.435	8.605	8.435
Depósitos judiciais	9	7.724	54.466	7.724	54.461
Outros ativos		209	210	210	210
Total do realizável a longo prazo		**16.538**	**63.111**	**16.539**	**63.106**
Investimentos	10	-	-	18.212	14.661
Imobilizado	11	572.783	541.798	567.315	536.350
Intangível		14.823	10.175	14.793	10.143
		587.606	**551.973**	**600.320**	**561.154**
Total do ativo		**1.448.652**	**1.669.119**	**1.447.890**	**1.668.290**

Passivo	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	20.099	34.297	20.099	34.297
Fornecedores	13	52.139	58.534	52.104	58.444
Adiantamentos de clientes		2.433	3.186	2.433	2.836
Tributos a pagar	14	17.736	24.228	17.665	24.167
Imposto de renda e contribuição social	15	16.032	65.324	15.924	65.282
Obrigações sociais e trabalhistas	16	21.817	22.718	21.272	22.436
Comissões a pagar	17	10.441	12.986	10.441	12.986
Outros passivos		3.234	988	3.234	988
Total do passivo circulante		**143.931**	**222.261**	**143.172**	**221.435**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	15.769	37.195	15.769	37.195
Tributos a pagar	14	12.860	9.021	12.860	9.021
Imposto de renda e CS social diferidos	15.1	62.214	63.822	62.214	63.822
Provisão para demandas judiciais	18	1.862	1.319	1.862	1.319
Outras provisões		1.461	-	1.460	-
Provisão Comissões	17	11.520	7.363	11.520	7.363
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	22.ii	68.290	180.229	68.290	180.229
Total do passivo não circulante		**173.976**	**298.949**	**173.975**	**298.949**
Patrimônio líquido					
Capital social	23	798.168	332.570	798.168	332.570
Reservas de lucros		258.011	737.047	258.011	737.047
Ajustes de avaliação patrimonial	23.4	74.565	78.288	74.565	78.288
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		**1.130.744**	**1.147.905**	**1.130.744**	**1.147.905**
Participação de não controladores		4	4	-	-
Total do patrimônio líquido		1.130.748	1.147.909	1.130.744	1.147.905
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.448.652**	**1.669.119**	**1.447.890**	**1.668.290**

Demonstração do Resultado

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita	19	1.010.149	1.302.924	1.010.149	1.302.954
Custo das vendas	20	(661.537)	(764.339)	(663.814)	(767.208)
Lucro operacional bruto		**348.612**	**538.585**	**346.335**	**535.746**
Despesas gerais administrativas	20	(58.182)	(45.801)	(57.774)	(45.364)
Despesas com vendas	20	(77.163)	(105.009)	(77.163)	(105.009)
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	5	(9.446)	(420)	(9.446)	(419)
Outras receitas (despesas), líquidas		925	960	926	536
Resultado antes da equivalência patrimonial, das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**204.746**	**388.315**	**202.878**	**385.490**
Receitas financeiras	21	26.027	39.293	25.994	39.273
Despesas financeiras	21	(4.559)	(2.395)	(4.552)	(2.395)
Variação cambial líquida	21	952	4.037	952	4.037
Resultado financeiro líquido	21	**22.420**	**40.935**	**22.394**	**40.914**
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial	10	-	-	1.552	2.437
Resultado antes dos impostos		**227.166**	**429.250**	**226.824**	**428.841**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.1	(56.255)	(121.419)	(55.912)	(121.010)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15.1	1.608	(3.683)	1.608	(3.683)
Resultado do exercício		**172.520**	**304.148**	**172.520**	**304.148**
Resultado do exercício atribuível a:					
Participação dos controladores		172.516	304.146		
Participação dos não controladores		4	2		
		172.520	**304.148**		

Demonstrações de resultados abrangentes

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Resultado do exercício	172.520	304.148	172.520	304.148
Resultado abrangente total	**172.520**	**304.148**	**172.520**	**304.148**
Resultado do exercício atribuível a:				
Participação dos controladores	172.516	304.146		
Participação dos não controladores	4	2		
	172.520	**304.148**		

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**227.166**	**429.251**	**226.824**	**428.841**
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		53.690	40.610	53.646	40.132
Perdas por redução do valor recuperável do contas a receber	5	612	415	612	415
Provisão para comissões	17	1.612	3.922	1.612	3.922
Provisão para demandas judiciais	18	542	325	542	325
Provisão Feiras e Eventos		1.461	-	1.461	-
Provisão participação nos lucros		164	139	163	139
Provisão de juros	12	1.134	1.311	1.134	1.311
Resultado líquido da alienação de imobilizado		1.914	(419)	1.914	(27)
Variação cambial não realizada		(953)	(4.036)	(953)	(4.036)
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	-	(1.552)	(2.437)
Resultado do exercício ajustado		**287.342**	**471.518**	**285.403**	**468.585**
Variações nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		61.258	72.816	61.838	72.031
Adiantamentos de fornecedores		20.080	4.711	20.154	4.713
Estoques		(22.198)	(81.098)	(21.728)	(78.055)
Tributos a recuperar		1.147	7.658	716	7.497
Depósitos judiciais		46.742	(19.963)	46.737	(19.963)
Outros ativos		(292)	(141)	(1.071)	(140)
Fornecedores		(8.360)	(23.862)	(7.400)	(21.394)
Obrigações sociais e trabalhistas		(1.064)	1.097	(1.326)	1.008
Tributos a pagar		(12.823)	408	(12.832)	447
Outros passivos		2.990	(550)	3.338	(900)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**374.822**	**432.594**	**373.829**	**433.829**
Juros pagos	12	(1.607)	(1.245)	(1.607)	(1.245)
Impostos pagos sobre o lucro		(105.703)	(179.901)	(105.426)	(179.501)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**267.512**	**251.448**	**266.796**	**253.083**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição imobilizado	11	(85.891)	(172.455)	(85.828)	(171.259)
Aquisição de intangível		(5.347)	(2.735)	(5.347)	(2.735)
Outros		161	1.660	161	1.227
Caixa e equivalentes de caixa obtidos nas aquisições		-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(91.077)**	**(173.530)**	**(91.014)**	**(172.767)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos	12	-	31.151	-	31.151
Pagamento dos empréstimos - principal	12	(32.739)	(23.320)	(32.739)	(23.320)
Aumento de capital social na investida		-	-	(2.000)	(2.000)
Dividendos e juros s/capital próprio pagos	22.(ii)	(291.455)	(38.357)	(291.455)	(38.357)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(324.194)**	**(30.526)**	**(326.194)**	**(32.526)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(147.758)**	**47.392**	**(150.412)**	**47.790**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		419.568	372.176	419.215	371.425
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		271.810	419.568	268.803	419.215
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(147.758)**	**47.392**	**(150.412)**	**47.790**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Adiantameto para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Atribuível aos acionistas controladores							
Em 31 de dezembro de 2021		**47.510**	**9.502**	**772.062**	**-**	**82.043**	**911.117**	**2**	**911.119**
Aumento capital - integralização de reserva de lucros		271.756	-	(271.756)	-	-	-	-	-
Aumento capital - dividendos a pagar		13.304		-	-	-	13.304	-	13.304
Resultado do exercício		-	-	304.148	-	-	304.148	-	304.148
Reserva legal		-	57.012	(57.012)	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	3.755	-	(3.755)	-	-	-
Destinação do lucro:									
Juros sobre capital próprio	23.3	-	-	(56.191)	-	-	(56.191)	-	(56.191)
Dividendos	23.3	-	-	(24.473)	-	-	(24.473)	-	(24.472)
Participação não controladores		-	-	-	-	-	-	2	2
Em 31 de dezembro de 2022		**332.570**	**66.514**	**670.533**	**-**	**78.288**	**1.147.905**	**4**	**1.147.909**
Aumento capital - integralização de reserva de lucros (i)	23.1	465.598	(66.514)	(398.923)	-	-	161	-	161
Distribuição de lucros referente anos anteriores	22.(ii)	-	-	(121.000)	-	-	(121.000)	-	(121.000)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	23.4	-	-	3.722	-	(3.722)	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	172.520	-	-	172.520	-	172.520
Reserva legal	23.2	-	8.626	(8.626)	-	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício:									
Juros sobre capital próprio	23.3	-	-	(68.842)	-	-	(68.842)	-	(68.842)
Participação não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023		**798.168**	**8.626**	**249.384**	**-**	**74.565**	**1.130.744**	**4**	**1.130.748**

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Valores expressos em milhares de Reais

1 Contexto operacional: A **Embramaco - Empresa Brasileira de Materiais para Construção** ("Companhia" ou "Embramaco") também referida nesta demonstração como "Controladora" é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Conde de Guilherme Prates, nº 382, na cidade de Santa Gertrudes, Estado de São Paulo, com atuação no mercado há mais de 50 anos. Tem como principal objetivo social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos em geral como pisos, porcelanatos, polidos e esmaltados. A Companhia tem participação de 99,98% e controle acionário na Tute Mineração Ltda. que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos. As demonstrações financeiras do Grupo abrangem a Embramaco e sua controlada Tute Mineração Ltda. que conjuntamente são referidas como "Grupo".

2 Apresentação das demonstrações contábeis - 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 15 de abril de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa no. 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Uso de estimativas:** Na preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas e premissas que impactam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receita e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 5 – Provisão para perdas por redução ao valor recuperável e perdas esperadas com créditos; • Nota explicativa 6 – Provisão para perdas nos estoques: principais premissas na determinação da realização e das perdas dos estoques; • Nota explicativa 18 – Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota 24. **2.3.1 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

3 Políticas contábeis materiais: O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Bases de consolidação: (i) Controlada:** Uma controlada é consolidada quando controlada pela controladora diretamente, ou por meio de outras controladas, titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores, exercendo influência significativa no qual tem poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Participação de acionistas não-controladores:*** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido ***(iii) Perda de controle:*** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(iv) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. A seguir é apresentada a base de consolidação para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

Investimentos	31/12/2023 Direta	31/12/2023 Indireta	31/12/2022 Direta	31/12/2022 Indireta
	% de Participação			
Tute Mineração Ltda. (controlada)	99,98%	-	99,98%	-

b. Moeda estrangeira - *(i) Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras e despesas financeiras do Grupo compreendem em: variações cambiais ativas e passivas, descontos obtidos e concedidos, rendimentos sobre aplicações financeiras, juros sobre empréstimos e financiamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **e. Tributos: *(i) Tributos sobre venda:*** As receitas de vendas de produtos estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação que podem variar de 7% a 18% e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS nas modalidades cumulativa e não cumulativa, às alíquotas de 0,65%, 3,00% e 1,65%, 7,60% respectivamente. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas e serviços na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos e serviços prestados na demonstração do resultado. ***(ii) Tributos sobre o lucro:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Imposto de renda e contribuição social corrente:* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. *Imposto de renda e contribuição social diferido:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não impacte nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **f. Imobilizado - *(i) Reconhecimento e mensuração:*** O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, acrescidos da mais valia resultante do custo atribuído (*deemed cost*) registrado na adoção das normas contábeis vigentes, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento das atividades do Grupo, líquido de depreciação acumulada (nota 11). Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados para resultado, quando incorridos. ***(ii) Baixas:*** Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos em "Outras receitas e despesas" na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em 2023 e 2022 são as seguintes:

Terrenos	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ferramentas industriais	Bens de informática	Móveis e utensílios	Edifícios e instalações
0 %	10 a 20%	10 a 25%	10%	10%	10%a25%	4 %

g. Instrumentos financeiros: *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:* As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é inicialmente mensurado ao preço da operação. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante tem liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos Financeiros:* Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros impactados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • Os riscos que impactam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseado no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Capital social:*** A Companhia tem seu capital distribuído por ações ordinárias nominativas (ON) que proporciona participação nos resultados econômicos da Companhia. Confere a seu titular o direito de voto em assembleia e não dá o direito preferencial a dividendos. **h. Redução ao valor recuperável (*impairment*): *(i) Ativos financeiros não-derivativos:*** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito. O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como realização de garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias; • as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses ou maior). *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base no histórico de recebimento. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; • Reestruturação de um valor devido o Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:* A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 não foi identificado nenhum indicador de perda de valor com base na avaliação preparada pela Empresa. **i. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo teve uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **k. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **l. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada. A receita de venda é reconhecida quando o controle é transferido, ou seja, no momento da entrega física dos bens ou serviços e transferência de propriedade. Após a entrega os clientes assumem os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional. O Grupo produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre quando o Grupo transfere o controle, ou seja, efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa impactar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) Os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) Os riscos de perdas tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) O atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) As disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. Nas vendas de produtos por atacado, nos grandes home centers existe a espécie de abatimento comercial ou rebate que surgiu como um desconto especial atrelado ao atingimento de volume de vendas por um certo período de tempo. A receita de vendas é reconhecida líquida desses descontos. **m. Novas normas e interpretações e futuros requerimentos: *Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2023:*** Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não geraram alterações significativas nas demonstrações financeiras em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior apresentada para fins de comparabilidade.

Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	CPC 50 – Contratos de seguro
1º de janeiro de 2023	Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26)
1º de janeiro de 2023	Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23)
1º de janeiro de 2023	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (CPC 32)
23 de maio de 2023(i)	Reforma tributária internacional – Regras modelo do pilar dois (alterações ao CPC 32)

Novas normas e interpretações ainda não efetivas: As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Futuros requerimentos

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2024	Passivo não circulante com covenants e classificações de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)
1º de janeiro de 2024	Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06)
1º de janeiro de 2024	Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03 e CPC 40)
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)

(i) As alterações introduzem uma isenção contábil de impostos diferidos para o imposto mínimo complementar global do Pilar Dois, que se aplica imediatamente a partir de sua liberação em 23 de maio de 2023, e novos requisitos de divulgação sobre a exposição do Pilar dois que se aplicam a partir de 31 de dezembro de 2023. Nenhuma divulgação é exigida em períodos intermediários que terminem em ou antes de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Caixa	51	26	51	26
Bancos	13.995	4.321	13.995	4.321
Aplicações financeiras	247.040	378.612	244.032	378.259
Moeda estrangeira	39	25	39	25
Numerários em Trânsito - moeda estrangeira	10.685	36.584	10.686	36.584
Total	271.810	419.568	268.803	419.215

As aplicações financeiras designadas como equivalente de caixa são participações em CDB bancários cuja rentabilidade média é equivalente a aproximadamente 100,9% a 109% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e tem liquidez imediata, podendo ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

5. Contas a receber de clientes: Os saldos de clientes estão registrados pelo valor faturado e deduzidos da perda por redução ao valor recuperável das contas a receber.

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Contas a receber - mercado interno	287.288	352.101	287.288	352.101
Contas a receber - mercado externo	7.476	13.947	7.476	13.947
Contas a receber – partes relacionadas	-	-	-	774
Perda ao valor recuperável das contas a receber	(13.977)	(22.811)	(13.977)	(22.811)
Total	280.787	343.237	280.787	344.011

A composição das contas a receber por vencimento é a seguinte:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
A vencer	270.578	329.262	270.578	330.036
Vencidos:				
< 30 dias	9.542	12.363	9.542	12.363
30 - 60 dias	381	640	381	640
60 - 90 dias	29	167	29	167
90 - 120 dias	80	366	80	366
> 120 dias	14.154	23.250	14.154	23.250
Perda ao valor recuperável das contas a receber	(13.977)	(22.811)	(13.977)	(22.811)
Total	280.787	343.237	280.787	344.011

Movimentação das perdas ao valor recuperável das contas a receber:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Saldo em 1º de janeiro	(22.811)	(22.396)	(22.811)	(22.396)
Adições	(612)	(722)	(612)	(722)
Baixas	9.446	307	9.446	307
Saldo em 31 de dezembro	(13.977)	(22.811)	(13.977)	(22.811)

6. Estoques

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Produtos acabados	182.887	170.471	172.785	160.805
Matérias-primas	40.196	44.885	40.196	44.885
Insumos	15.702	19.391	15.702	19.391
Produtos semiacabados	15.264	1.771	15.264	1.771
Almoxarifado	13.207	6.457	13.207	6.457
Embalagens	5.006	5.588	5.006	5.588
Outros estoques	869	2.371	836	2.371
Total	273.131	250.934	262.996	241.268

7. Tributos a recuperar

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	6.110	7.097	6.110	6.667
IPI a recuperar	2.002	1.516	2.002	1.516
IRPJ/ CSLL a Compensar	156	-	156	-
Outros tributos	-	971	-	971
Total	8.268	9.584	8.268	9.154
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	8.605	8.435	8.605	8.435
IPI a compensar	-	-	-	-
Total	8.605	8.435	8.605	8.435

Em linhas gerais, os saldos permanecem no ativo circulante e são recuperados dentro de um mesmo exercício. As exceções ficam à cargo do IPI (recuperado por meio de pedido de ressarcimento junto à RFB) e ICMS, que é recuperado via CIAP, na proporção de 1/48 avós por mês. Anualmente o saldo das próximas doze parcelas são transferidos para o ativo circulante.

8. Adiantamentos diversos

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Adiantamentos a fornecedor nacional	3.432	16.855	3.183	16.597
Adiantamentos a fornecedor estrangeiro	2.992	10.252	2.992	10.252
Adiantamento a empregados folha de pagamento	1.389	1.198	1.306	1.198
Total	7.813	28.305	7.481	28.047

9. Depósitos judiciais: Trata-se de valor depositado em juízo relativo a processos judiciais, de natureza trabalhista, que se originam do curso normal dos negócios do Grupo e também referente ao processo judicial que versa sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais (PIS e COFINS):

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Processos trabalhistas	7.724	3.790	7.724	3.785
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	-	50.676	-	50.676
Total	7.724	54.466	7.724	54.461

O Processo Judicial no. 50076601420184036109, que aborda a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais (PIS e COFINS), teve, em março de 2023, autorização judicial para levantamento dos valores referentes aos depósitos judiciais feitos, acrescidos de atualização monetária pela Selic, no montante de R$ 52.007, haja visto o julgamento do mérito em favor da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 não há saldo a demonstrar nesta rubrica (R$ 50.676 em 31 de dezembro de 2022).

10. Investimentos

	Controladora Participação % 31/12/2023	Participação % 31/12/2022	Investimento 31/12/2023	Investimento 31/12/2022
Investimento:				
Tute Mineração Ltda. (Controlada)	99,98%	99,98%	**18.212**	**14.661**
Total do investimento			**18.212**	**14.661**

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	**14.660**	**10.223**
Adição (i)	2.000	2.000
Equivalência patrimonial	1.552	2.437
Saldos em 31 de dezembro	**18.212**	**14.660**

(i) Em 2023 a controladora aumentou o capital social da controlada Tute Mineração Ltda. no montante de R$ 2.000, por meio de aporte financeiro. As principais informações financeiras e contábeis da controlada, Tute Mineração Ltda., estão apresentadas abaixo:

Balanço patrimonial	2023	2022
Ativo circulante	13.589	10.799
Ativo não circulante	5.498	5.484
Total do ativo	19.087	16.283
Passivo circulante	871	1.619
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	18.216	14.664
Total do passivo e patrimônio líquido	19.087	16.283
Demonstração do resultado do período		
Receita líquida de vendas	9.000	7.245
Custos e despesas operacionais	(7.131)	(4.418)
Resultado financeiro	26	20
Tributos sobre o lucro	(343)	(410)
Lucro líquido do exercício	**1.552**	**2.437**

11. Imobilizado

Consolidado

Imobilizado	Terrenos benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ferramentas industriais	Bens de informática	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Edifícios, imóveis e instalações	Outros	Total
Saldos em 01.01.2022	**54.087**	**220.677**	**6.747**	**280**	**864**	**1.811**	**23.719**	**102.914**	**32**	**411.131**
Aquisições	1.195	118.216	11.943	65	354	362	35.699	3.567	708	172.109
Baixas	-	(2.243)	(437)	-	(10)	-	(1)	-	-	(2.691)
Baixas Deprec	-	1.260	311	-	4	-	-	-	-	1.575
Transferências	-	-	-	-	-	-	(39.442)	39.442	-	-
Depreciações	(23)	(33.112)	(1.704)	(46)	(249)	(233)	-	(4.959)	-	(40.326)
Saldos em 31.12.2022	**55.259**	**304.798**	**16.860**	**299**	**963**	**1.940**	**19.975**	**140.964**	**740**	**541.798**
Aquisições	236	62.174	4.369	42	747	116	11.508	2.809	3.889	85.891
Baixas	-	(1.334)	(122)	-	(27)	(7)	(15)	(29)	(380)	(1.914)
Baixas Deprec	-	16	122	-	25	0	-	-	-	163
Transferências	40	3.993	(3.993)	-	-	-	(21.913)	21.873	-	-
Depreciações	(2.681)	(42.835)	(3.294)	(54)	(294)	(261)	-	(3.736)	-	(53.155)
Saldos em 31.12.2023	**52.854**	**326.812**	**13.942**	**287**	**1.414**	**1.788**	**9.555**	**161.882**	**4.249**	**572.783**

Controladora

Imobilizado	Terrenos benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Ferramentas industriais	Bens de informática	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Edifícios, imóveis e instalações	Outros	Total
Saldos em 01.01.2022	**50.323**	**220.630**	**6.259**	**280**	**864**	**1.811**	**23.718**	**102.443**	**32**	**406.360**
Aquisições	-	118.216	11.550	65	352	362	35.698	3.567	708	170.518
Baixas	-	(2.243)	(394)	-	(10)	-	(1)	-	-	(2.648)
Baixas Deprec	-	1.260	311	-	4	-	-	-	-	1.575
Transferências	-	-	392	-	-	-	(39.442)	39.442	-	392
Depreciações	-	(33.093)	(1.268)	(46)	(249)	(233)	-	(4.958)	-	(39.847)
Saldos em 31.12.2022	**50.323**	**304.770**	**16.850**	**299**	**961**	**1.940**	**19.973**	**140.494**	**740**	**536.350**
Aquisições	235	62.174	4.369	42	745	116	11.509	2.749	3.889	85.828
Baixas	-	(1.334)	(122)	-	(27)	(7)	(14)	(29)	(380)	(1.914)
Baixas Deprec	-	16	122	-	25	0	-	-	-	163
Transferências	40	3.993	(3.993)	-	-	-	(21.913)	21.873	-	-
Depreciações	(2.681)	(42.822)	(3.287)	(54)	(294)	(261)	-	(3.713)	-	(53.112)
Saldos em 31.12.2023	**47.917**	**326.797**	**13.939**	**287**	**1.410**	**1.788**	**9.555**	**161.374**	**4.249**	**567.315**

Teste de *impairment* de ativos não financeiros: Em 31 de dezembro de 2023, na avaliação da Administração, não há indicativos e/ou fatos novos para que houvesse a necessidade de realização de redução ao valor recuperável ("*impairment*") dos ativos da Companhia e sua controlada. No exercício de 2022 também não foi identificado indicativos e/ou fatos para realização ou constituição de impairment.

12. Empréstimos e financiamentos: Esta rubrica está composta por financiamentos para compra de imobilizados, acrescidos dos encargos e despesas financeiras calculadas com base na taxa de juros explícita em contrato.

Empréstimos	Moeda	Vencimento final	Encargos	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
FINIMP	Euro	05/05/2026	0,93% a 2,34% a.a.	35.868	71.492	35.868	71.492
Total				35.868	71.492	35.868	71.492
			Circulante	20.099	34.297	20.099	34.297
			Não Circulante	15.769	37.195	15.769	37.195

O cronograma de pagamentos dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim apresentados:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
2023	-	34.297	-	34.297
2024	20.099	20.781	20.099	20.781
2025	11.259	11.718	11.259	11.718
2026	4.510	4.696	4.510	4.696
	35.868	71.492	35.868	71.492

A movimentação dos empréstimos e financiamentos do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim apresentados:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Saldo inicial	71.492	71.486	71.492	71.486
(+) Captações	-	31.150	-	31.150
(+) Provisão de juros	1.134	1.311	1.134	1.311
(-) Pagamento de principal	(32.739)	(23.320)	(32.739)	(23.320)
(-) Amortizações de juros	(1.607)	(1.245)	(1.607)	(1.245)
(+/-) Variação cambial	(2.412)	(7.891)	(2.412)	(7.891)
Saldo final	35.868	71.492	35.868	71.492

13. Fornecedores

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Nacionais	50.151	57.893	50.004	57.794
Estrangeiros	1.988	641	1.988	640
Partes relacionadas (22.iii)	-	-	112	10
Total	52.139	58.534	52.104	58.444

14. Tributos a pagar

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Passivo circulante				
ICMS a recolher	13.155	15.316	13.134	15.295
PIS a recolher	267	2	262	-
COFINS a recolher	1.230	7	1.230	-
IRRF	2.739	8.516	2.695	8.490
Outros a recolher	345	387	344	382
Total	17.736	24.228	17.665	24.167
Passivo não circulante				
ICMS suspenso - Art.229 DDTT	5.247	5.462	5.247	5.462
INSS terceiros suspenso	7.613	3.559	7.613	3.559
Total	12.860	9.021	12.860	9.021

15. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social a recolher tem a seguinte composição:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Imposto de renda	14.972	51.886	14.905	51.861
Contribuição social	1.060	13.438	1.019	13.421
Total	16.032	65.324	15.924	65.282

15.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Diferenças temporárias ativas				
Provisão para comissões	7.467	4.415	7.467	4.415
Perda ao valor recuperável das contas a receber	-	726	-	726
Provisão para processos judiciais	633	449	633	449
Variações cambiais pelo regime de caixa	-	2.632	-	2.632
Tributos com exigibilidade suspensa	2.346	-	2.346	-
Provisão para feiras e eventos	496	-	496	-
Provisão para prêmio	-	70	-	70
	10.942	8.292	10.942	8.292
Diferenças temporárias passivas				
Custo atribuído na adoção inicial CPC 27	(38.412)	(40.330)	(38.412)	(40.330)
Diferença de taxa de depreciação (societária *versus* fiscal)	(34.296)	(31.784)	(34.296)	(31.784)
Variações cambiais pelo regime de caixa	(448)	-	(448)	-
	(73.156)	(72.114)	(73.156)	(72.114)
	(62.214)	(63.822)	(62.214)	(63.822)

A reconciliação dos tributos diferidos contabilizados na demonstração de resultados está apresentada a seguir:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Diferença de taxa de depreciação (societária *versus* fiscal)	(2.514)	(3.431)	(2.514)	(3.431)
Depreciação ajuste de avaliação patrimonial	1.918	1.921	1.918	1.921
Variações cambiais pelo regime de caixa	(1.473)	(2.632)	(1.473)	(2.632)
Provisão para comissões	548	1.334	548	1.334
Provisão para prêmio	-	(612)	-	(612)
Perda ao valor recuperável das contas a receber	(885)	2	(885)	2
Provisão para processos judiciais	184	110	184	110
Provisão para feiras e eventos	497	-	497	-
Tributos com exigibilidade suspensa	1.136	-	1.136	-
Variação monetária ativa depósitos judiciais	2.197	(375)	2.197	(375)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	**1.608**	**(3.683)**	**1.608**	**(3.683)**

As despesas com imposto de renda e contribuição social, bem como a base de cálculo são apresentadas conforme abaixo:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Resultado antes dos impostos	**227.166**	**429.251**	**226.824**	**428.841**
Imposto calculado com base na taxa nominal	(77.500)	(145.510)	(77.096)	(145.782)
Incentivo fiscal	1.809	4.563	1.219	3.418
Despesas não dedutíveis	(1.991)	(1.922)	(1.991)	(1.922)
Juros sobre capital próprio	23.406	19.105	23.406	19.105
Quebras e perdas de estoque	(371)	(809)	(370)	(809)
Resultado positivo em participações societárias	528	-	528	828
Outros	-	471	-	469
	(54.647)	**(125.102)**	**(54.304)**	**(124.693)**
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(56.255)	(121.419)	(55.912)	(121.010)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferido	1.608	(3.683)	1.608	(3.683)
Despesa com imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado corrente e diferido	**(54.647)**	**(125.102)**	**(54.304)**	**(124.693)**
Alíquota efetiva	24%	29%	24%	29%

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Salários a pagar	3.350	3.378	3.281	3.333
INSS a recolher	3.148	3.054	3.056	3.023
FGTS a recolher	890	920	890	910
Provisões sociais e trabalhistas	14.024	14.850	13.643	14.654
Outros	405	516	402	515
Total	21.817	22.718	21.272	22.436

17. Comissões a pagar: Correspondem a comissões devidas aos representantes comerciais resultantes das intermediações de vendas e demais obrigações referentes ao setor comercial. No momento da venda, há o reconhecimento da provisão da comissão conforme percentual aplicável e pactuado em contrato entre as partes. Após o recebimento da duplicata, o valor é baixado de provisão e uma obrigação efetiva é reconhecida. O quadro abaixo demonstra aos valores exigíveis:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Passivo circulante				
Provisão comissões-mercado interno	10.132	12.986	10.132	12.986
Provisão comissões-mercado externo	309	-	309	-
	10.441	12.986	10.441	12.986
Passivo não circulante				
Provisão comissões	11.520	7.363	11.520	7.363
	11.520	7.363	11.520	7.363
Total	21.961	20.349	21.961	20.349

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

18. Provisões para demandas judiciais: A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em determinados processos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários. A Companhia e sua controlada classificam os riscos de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto, e registram as provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração do Grupo, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados. A Administração do Grupo acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a provisão para riscos trabalhistas e cíveis são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Cíveis	13	23	13	23
Trabalhistas	1.849	1.296	1.849	1.296
Total	1.862	1.319	1.862	1.319

A movimentação das provisões para demandas judiciais da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim apresentados:

Consolidado – Resultado	Saldo 2021	(+) Adições	(-) Baixas	Saldo 2022
Cíveis	37	1	(15)	23
Trabalhistas	957	966	(627)	1.296
Total	994	967	(642)	1.319
	2022	**Adições**	**Baixas**	**2023**
Cíveis	23	95	(105)	13
Trabalhistas	1.296	553	-	1.849
Total	1.319	648	(105)	1.862

Controladora – Resultado	Saldo 2021	(+) Adições	(-) Baixas	Saldo 2022
Cíveis	37	1	(15)	23
Trabalhistas	957	966	(627)	1.296
Total	994	967	(642)	1.319
	2022	**Adições**	**Baixas**	**2023**
Cíveis	23	95	(105)	13
Trabalhistas	1.296	553	-	1.849
Total	1.319	648	(105)	1.862

Em 31 de dezembro de 2023, além das demandas judiciais classificadas com risco de perda provável, cujas provisões foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, o Grupo possui outras demandas judiciais trabalhistas e tributárias classificadas como risco possível de perda no montante de R$ 666 (R$ 631 em 31 de dezembro de 2022), para os quais nenhuma provisão foi reconhecida conforme determina as práticas contábeis adotadas no Brasil.

19. Receita: A reconciliação da receita bruta para receita líquida de vendas, é como segue:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita bruta de vendas				
Vendas mercado interno	1.213.305	1.532.585	1.210.904	1.530.674
Exportações diretas	29.575	61.303	29.575	61.303
Exportações indiretas	11.599	16.625	11.599	16.625
Revenda de mercadorias	1.635	1.806	1.635	1.806
	1.256.114	1.612.319	1.253.713	1.610.408
Deduções de vendas				
(-) Tributos sobre vendas	(228.839)	(294.439)	(226.438)	(292.498)
(-) Devoluções	(6.884)	(4.042)	(6.884)	(4.042)
(-) Descontos comerciais	(10.242)	(10.914)	(10.242)	(10.914)
	(245.965)	(309.395)	(243.564)	(307.454)
Receita líquida de vendas	**1.010.149**	**1.302.924**	**1.010.149**	**1.302.954**

A receita líquida de vendas é demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita líquida de vendas				
Vendas mercado interno	967.389	1.223.190	967.389	1.223.220
Exportações diretas	29.575	61.303	29.575	61.303
Exportações indiretas	11.599	16.625	11.599	16.625
Revenda de mercadorias	1.586	1.806	1.586	1.806
	1.010.149	1.302.924	1.010.149	1.302.954

20. Custo dos produtos vendidos e despesas: Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas são demonstrados da seguinte forma:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Custo das vendas	(661.537)	(764.339)	(663.814)	(767.208)
Despesas com vendas	(77.163)	(105.009)	(77.163)	(105.009)
Despesas gerais e administrativas	(58.182)	(45.801)	(57.774)	(45.364)
	(796.882)	(915.149)	(798.751)	(917.581)
Abertura dos custos e das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matéria prima e insumos)	427.312	493.630	433.444	501.276
Salários encargos e benefícios de empregados	160.834	158.438	158.026	156.740
Mão de obra e serviços de terceiros	20.324	26.058	19.371	25.286
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	46.240	88.802	46.110	86.655
Custos das mercadorias revendidas	-	116	-	116
Amortização e depreciação	52.485	39.801	52.441	39.323
Outras despesas comerciais	8.473	14.081	8.473	14.081
Comissão sobre vendas	54.039	64.358	54.039	64.358
Despesas com marketing e publicidade	9.189	10.337	9.189	10.337
Despesas com transportes das mercadorias vendidas	1.944	4.668	1.944	4.668
Despesas com aluguéis	-	180	-	180
Outras despesas administrativas	16.042	14.680	15.714	14.561
	796.882	915.149	798.751	917.581

21. Resultado financeiro líquido

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receitas financeiras:				
Juros com aplicações financeiras	23.532	33.297	23.500	33.276
Ganhos com variações monetárias	2.008	4.720	2.008	4.720
Descontos financeiros obtidos	282	871	282	871
Outras receitas financeiras	205	405	204	405
	26.027	39.293	25.994	39.272
Despesas financeiras				
Encargos financeiros	(1.236)	(842)	(1.236)	(842)
Outras despesas financeiras	(3.323)	(1.553)	(3.323)	(1.553)
	(4.559)	(2.395)	(4.552)	(2.395)
Variação cambial, líquida				
Clientes	(1.449)	(2.453)	(1.449)	(2.453)
Fornecedores	(11)	(1.400)	(11)	(1.400)
Empréstimos e financiamentos	2.413	7.890	2.413	7.890
	953	4.037	953	4.037
Resultado financeiro líquido	22.420	40.935	22.394	40.914

22. Partes relacionadas: (i) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 3,96% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2023 (3,27% em 31 de dezembro de 2022). No Grupo, a remuneração destes é complementada com o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos.
(ii) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Saldo em 1º de janeiro	180.229	159.655	180.229	159.655
Dividendos destinados no ano referente anos anteriores (i)	121.000	24.473	121.000	24.473
Juros sobre capital próprio destinados no ano, líquido de IRRF	58.515	47.762	58.515	47.762
Emissões de novas ações	-	(13.304)	-	(13.304)
Pagamentos efetuados no ano	(291.445)	(38.357)	(291.445)	(38.357)
Saldo em 31 de dezembro	68.290	180.229	68.290	180.229

(i) Em 2 de maio de 2023 e 13 de setembro de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram a proposta da Administração de distribuição de lucros de anos anteriores através de dividendos nos montantes de R$ 91.000 e R$ 30.000, respectivamente. **(iii) Transações com partes relacionadas:** As transações comerciais de compra e venda de matérias primas e serviços de beneficiamento da argila entre a controladora e a Tute Mineração Ltda estão registradas no grupo de clientes, fornecedores, receita e custo de cada entidade.

	Controladora 2023	Controladora 2022
Balanço Patrimonial		
Contas a receber (nota 5)	-	774
Fornecedores (nota 13)	112	10
Resultado		
Receita líquida de vendas	-	30
Custos dos produtos vendidos	-	36

23. Patrimônio líquido: 23.1 Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta um capital social no montante de R$ 798.168 (R$ 332.570 em 2022) totalmente integralizado, está representado por 798.168.084 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Em 6 de março de 2023, conforme deliberado em reunião pelos acionistas, houve o aumento de capital social da Companhia, com a capitalização integral da reserva legal em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 66.514 e parte da reserva de lucros no montante de R$ 398.923, totalizando o montante de R$ 465.437, e também pela integralização ao capital de imóveis integralizados no montante de R$ 161, totalizando o aumento de capital do exercício de R$ 465.598, representados por 465.598.049 novas ações nominativas. **23.2 Reserva de lucro:** A reserva de lucro é composta pela reserva legal e reserva de lucros a destinar. A reserva legal é constituída anualmente por meio da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva legal somava R$ 66.514 e em 31 de dezembro de 2023, após baixa total do saldo para integralização de capital social e constituição de R$ 8.626, o saldo da reserva legal atingiu o limite previsto de 5% do lucro líquido do exercício, totalizando em R$ 8.626. A reserva de lucro a destinar no montante de R$ 249.385 tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada e destinada na Assembleia Geral Ordinária.

23.3 Distribuição de lucros

	2023	2022
Lucro líquido	172.520	304.149
(-) Reserva legal	(8.626)	(15.207)
(=) Base de Cálculo	**163.894**	**288.941**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios de 25%	40.973	72.235
Constituição de juros sobre capital próprio complementar	17.542	-
Total	**58.515**	**72.235**
(-) Destinação de juros sobre capital próprio, líquido de tributos	(58.515)	(47.762)
(=) Dividendos adicionais propostos	-	**24.473**

(*) Saldo líquido de R$ 10.326 referente 15% de imposto retido na fonte para o exercício de 2023 (R$ 8.429 em 31 de dezembro de 2022). **23.4 Ajustes de avaliação patrimonial:** Corresponde a custo atribuído do ativo imobilizado em razão da adoção inicial das normas contábeis brasileiras e incluiu terrenos, construções, edificações, veículos, máquinas e equipamentos suportados por laudo de preparado por empresa avaliadora independente. Subsequentemente, na medida em que os ativos são depreciados é reconhecida uma despesa no resultado do exercício e simultaneamente são transferidas da conta de ajustes de avaliação patrimonial para a conta de lucros acumulados. O saldo de ajuste de avaliação patrimonial está líquido dos tributos fiscais diferidos.

Realização do ajuste de avaliação patrimonial

	Consolidado e Controladora	Taxas %
Em 1º de janeiro de 2022	**82.043**	
Máquinas e equipamentos	(2.921)	Entre 4% e 16,67%
Veículos industriais	(3)	Entre 10% e 25%
Edificações e infraestrutura	(2.765)	Entre 3,33% e 4%
Tributos diferidos	1.934	
Em 31 de dezembro de 2022	**78.288**	
Máquinas e equipamentos	(2.873)	Entre 4% e 16,67%
Veículos industriais	(3)	Entre 10% e 25%
Edificações e infraestrutura	(2.765)	Entre 3,33% e 4%
Tributos diferidos	1.918	
Em 31 de dezembro de 2023	**74.565**	

24. Instrumentos financeiros: A Administração do Grupo monitora o mercado, crédito e riscos de liquidez. Todas as atividades com instrumentos financeiros para gestão de risco são realizadas por especialistas com habilidade, experiência e supervisão adequada. **24.1 Determinação do valor justo:** A Administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo. Não há divulgação sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado	Consolidado 31/12/2023 Valor Contábil	Consolidado 31/12/2023 Valor Justo	Consolidado 31/12/2022 Valor Contábil	Consolidado 31/12/2022 Valor Justo	Controladora 31/12/2023 Valor Contábil	Controladora 31/12/2023 Valor Justo	Controladora 31/12/2022 Valor Contábil	Controladora 31/12/2022 Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	271.811	271.811	419.568	419.568	268.803	268.803	419.215	419.215
Contas a receber de clientes	280.787	280.787	343.237	343.237	280.787	280.787	344.011	344.011
Adiantamentos de fornecedores	7.813	7.813	28.305	28.305	7.481	7.481	28.047	28.047
Outros ativos	2.696	2.696	2.407	2.407	2.696	2.696	2.335	2.335
Empréstimos e financiamentos	(35.868)	(35.868)	(71.492)	(71.492)	(35.868)	(35.868)	(71.492)	(71.492)
Fornecedores	(52.139)	(52.139)	(58.534)	(58.534)	(52.104)	(52.104)	(58.444)	(58.444)
Comissões a pagar	(21.961)	(21.961)	(20.349)	(20.349)	(21.961)	(21.961)	(20.349)	(20.349)
Outros passivos	(3.234)	(3.234)	(988)	(988)	(3.234)	(3.234)	(988)	(988)
	449.905	449.905	642.154	642.154	446.600	446.600	642.335	642.335

24.2 Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2023				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	-	247.041	-	247.041
	-	**247.041**	-	**247.041**

Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2022				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	-	378.612	-	378.612
	-	**378.612**	-	**378.612**

Controladora	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2023				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	-	244.032	-	244.032
	-	**244.032**	-	**244.032**

Controladora	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2022				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	-	378.259	-	378.259
	-	**378.259**	-	**378.259**

Critérios e premissas utilizadas no cálculo do valor justo: Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos do Grupo foram apurados conforme descrito abaixo. O Grupo não atua no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não possui instrumentos financeiros de nível 1 e 3. O valor justo foi estimado na data do balanço, baseado em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar as estimativas apresentadas.

25. Gestão de risco financeiro: 25.1 Fatores de risco financeiro: *25.1.1 Risco cambial:* A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais de exportação, importação de matérias-primas, insumos e equipamentos.

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Moeda Estrangeira	39	25	39	25
Numerários em trânsito - moeda estrangeira	10.686	36.584	10.686	36.584
Contas a receber de clientes – mercado externo	7.476	13.947	7.476	13.947
Adiantamento a fornecedores - moeda estrangeira	2.992	10.252	2.992	10.252
Fornecedores – mercado externo	(1.988)	(640)	(1.988)	(640)
Adiantamento de clientes - moeda estrangeira	(465)	(506)	(465)	(506)
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(35.868)	(71.492)	(35.868)	(71.492)
Contas a receber (a pagar) em moeda estrangeira, líquido	(17.128)	(11.830)	(17.128)	(11.830)

Analise de sensibilidade: O Grupo possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2023 para os quais, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa divulgada pelo relatório de projeções do Banco Bradesco. A taxa provável foi então agravada em 25%, 50%, -25%, -50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Consolidado – Moeda: Dólar	31 de dezembro de 2023 (Pagar) Receber Dólar	31 de dezembro de 2023 (Pagar) Receber Reais	Cenário provável 4,84	Valorização da moeda Possível +25% 6,05	Valorização da moeda Remoto +50% 7,26	Desvalorização da moeda Possível -25% 3,63	Desvalorização da moeda Remoto -50% 2,42
Moeda Estrangeira	1	4		4	5	3	2
Numerários em Trânsito - Moeda Estrangeira	2.208	10.686		13.358	16.029	8.015	5.343
Contas a receber de clientes-mercado externo	1.544	7.476		9.345	11.214	5.607	3.738
Adiantamento a fornecedores - moeda estrangeira	264	1.280		1.600	1.920	960	640
Fornecedores - mercado externo	-	-		-	-	-	-
Adiantamento de clientes - moeda estrangeira	(96)	(465)		(581)	(697)	(349)	(232)
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	-	-		-	-	-	-
Exposição Liquida	**3.921**	**18.981**		**23.726**	**28.471**	**14.236**	**9.491**

Consolidado – Moeda: Euro	31 de dezembro de 2023 (Pagar) Receber Euro	31 de dezembro de 2023 (Pagar) Receber Reais	Cenário provável 5,35	Valorização da moeda Possível +25% 6,69	Valorização da moeda Remoto +50% 8,02	Desvalorização da moeda Possível -25% 4,01	Desvalorização da moeda Remoto -50% 2,67
Moeda Estrangeira	7	35		44	53	27	18
Numerários em Trânsito - Moeda Estrangeira	-	-		-	-	-	-
Contas a receber de clientes - mercado externo	-	-		-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores - moeda estrangeira	320	1.712		2.140	2.568	1.284	856
Fornecedores - mercado externo	(372)	(1.988)		(2.485)	(2.982)	(1.491)	(994)
Adiantamento de clientes - moeda estrangeira	-	-		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(6.706)	(35.869)		(44.836)	(53.803)	(26.902)	(17.934)
Exposição Liquida	**(6.751)**	**(36.110)**		**(45.137)**	**(54.164)**	**(27.082)**	**(18.054)**

25.1.2 Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Com relação aos clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. ***25.1.3 Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e sua controlada para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e sua controlada, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado Circulante	Consolidado Não circulante	Controladora Circulante	Controladora Não circulante
31 de dezembro de 2022				
Fornecedores e outras contas a pagar (i)	83.057	-	82.616	-
Empréstimos e financiamentos	34.297	37.195	34.297	37.195
31 de dezembro de 2023				
Fornecedores e outras contas a pagar (i)	68.247	11.520	68.212	11.520
Empréstimos e financiamentos	20.099	15.769	20.099	15.769

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos passivos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. As contas consideradas para o cálculo são: fornecedores, adiantamento de clientes, comissões a pagar e outros passivos. **25.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e da sua controlada para oferecer retorno aos sócios e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Diretoria

Maria Esther Paraluppi Rodrigues
Diretora-Presidente

Djalma Aparecido Lima
Responsável Técnico - CRC 1SP184042/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Embramaco - Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A. *Santa Gertrudes – SP.* **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Embramaco – Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Embramaco - Empresa Brasileira de Materiais para Construção S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.Campinas, 15 de abril de 2024. **KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC 2SP-027612/O-4 F SP. **Marcela Bezerra** - Contadora - CRC SP-250134/O-1

SUPERA — SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A.

CNPJ nº 43.312.503/0001-05 — www.superfarma.com.br

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Senhores Acionistas: Em cumprimentos aos dispositivos legais e estatutários, submetemos a vossa apreciação as demonstrações financeiras da Supera Farma Laboratórios S.A., referente ao exercício encerrado em 31/12/2023.

Balanços patrimoniais

Ativo circulante	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	7.579	7.543	24.568	65.992
Contas a receber de clientes	2.117	495	139.078	129.072
Estoques	1.550	3.200	127.854	76.122
Impostos a recuperar	1.707	1.473	4.191	3.983
Adiantamentos	24	77	6.376	4.884
Dividendos a receber	5.714	6.702	-	-
Outros créditos	510	83	169	202
Total do ativo circulante	**19.201**	**19.573**	**302.236**	**280.255**
Ativo não circulante				
Impostos a recuperar	9	28	9	28
IR e CS diferidos	492	320	25.323	18.050
	501	**348**	**25.332**	**18.078**
Investimento	120.327	83.636	-	-
Imobilizado	1.413	1.615	44.206	48.322
Intangível	4.500	-	9.608	373
Total do ativo não circulante	**126.741**	**85.599**	**79.146**	**66.773**
Total do ativo	**145.942**	**105.172**	**381.382**	**347.028**

Passivo circulante	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores	1.415	861	68.684	67.009
Arrendamento por direito de uso	196	180	17.881	17.153
Salários e encargos sociais	908	1.053	72.977	72.358
IR e CS a recolher	19	-	9.669	23.610
Impostos e contribuições a recolher	480	-	5.334	3.229
Dividendos a pagar	5.686	6.730	5.686	6.730
Outras contas a pagar	238	198	22.462	16.113
Total do passivo circulante	**8.942**	**9.022**	**202.693**	**206.202**
Passivo não circulante				
Arrendamento por direito de uso	330	506	18.195	24.814
Provisão para contingências	555	281	24.379	20.649
Total do passivo não circulante	**885**	**787**	**42.574**	**45.463**
Patrimônio líquido				
Capital social	13.655	13.655	13.655	13.655
Reserva legal	2.731	2.731	2.731	2.731
Reserva de lucros	119.729	78.977	119.729	78.977
Total do patrimônio líquido	**136.115**	**95.363**	**136.115**	**95.363**
Total do passivo e patrimônio líquido	**145.942**	**105.172**	**381.382**	**347.028**

Demonstrações de resultados

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida	16.920	14.000	935.952	890.854
Custo das vendas	(15.421)	(12.093)	(352.855)	(337.026)
Lucro bruto	**1.499**	**1.907**	**583.097**	**553.828**
Despesas de vendas	(329)	(402)	(393.509)	(340.181)
Despesas administrativas e gerais	(2.997)	(2.887)	(54.875)	(42.019)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	-	-	293	(283)
Outras receitas operacionais, líquidas	405	1.466	7.851	4.637
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos	**(1.422)**	**84**	**142.857**	**175.982**
Receitas financeiras	1.468	774	10.185	14.140
Despesas financeiras	(193)	(181)	(3.383)	(3.876)
Receitas financeiras líquidas	**1.275**	**593**	**6.802**	**10.264**
Resultado de equivalência patrimonial	113.703	134.045	-	-
Resultado antes do IR e CS	**113.556**	**134.722**	**149.659**	**186.246**
IR e CS correntes	(19)	(179)	(43.224)	(51.836)
IR e CS diferidos.	172	49	7.274	182
Lucro líquido do exercício	**113.709**	**134.592**	**113.709**	**134.592**

Demonstrações de resultados abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	113.709	134.592	113.709	134.592
Resultado abrangente do exercício	**113.709**	**134.592**	**113.709**	**134.592**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01/01/2022	**13.655**	**2.731**	**110.641**	-	**127.027**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	134.592	134.592
Destinação					
Distribuição de dividendos adicionais 2021	-	-	(79.526)	-	(79.526)
Antecipação de dividendos 2022	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(6.730)	(6.730)
Reserva de lucros	-	-	47.862	(47.862)	-
Saldo em 31/12/2022	**13.655**	**2.731**	**78.977**	-	**95.363**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	113.709	**113.709**
Destinação					
Distribuição de dividendos adicionais 2022	-	-	(47.271)	-	**(47.271)**
Antecipação de dividendos 2023	-	-	-	(20.000)	**(20.000)**
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(5.686)	(5.686)
Reserva de lucros	-	-	88.023	(88.023)	-
Saldo em 31/12/2023	**13.655**	**2.731**	**119.729**	-	**136.115**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do IR e da CS	113.556	134.722	149.659	186.246
Ajustes				
Depreciação e amortização	349	326	20.745	15.766
(Ganho) perda na venda/baixa do ativo imobilizado	86	-	179	4
Resultado de equivalência patrimonial	(113.703)	(134.045)	-	-
Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoques	35	87	769	962
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	-	-	(293)	283
Recuperação tributária	-	331	-	341
Juros e variações monetarias cambiais	(624)	(99)	(54)	(98)
Juros arrendamento por direitos de uso	29	35	2.525	2.437
Atualização monetária de processos contingênciais	-	-	2.275	4.107
Constituição (Reversão) de provisão para contingências	273	281	7.933	(6.789)
	1	**1.638**	**183.738**	**203.259**
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	(1.622)	972	(9.714)	(22.984)
Estoques	1.614	(923)	(52.502)	377
Impostos a recuperar	(215)	(292)	(2.622)	(2.775)
Adiantamentos	53	(20)	(1.492)	(2.787)
Outros créditos	(427)	(50)	33	7
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	554	280	1.675	13.282
Salários e encargos sociais	(145)	125	620	21.374
Impostos e contribuições a recolher	480	(206)	2.105	298
Outras contas a pagar	39	(200)	6.348	(220)
Caixa líquido gerados pelas operações	**332**	**1.324**	**128.189**	**209.831**
Pagamento de contingências	-	-	(6.477)	(1.410)
IR e CS pagos	-	(418)	(54.733)	(35.877)
Fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais	**332**	**906**	**66.979**	**172.544**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(154)	(30)	(4.045)	(2.431)
Aquisição de intangível	(4.500)	-	(9.322)	(12)
Juros sobre capital proprio recebidos	570	-	-	-
Dividendos recebidos antecipadamente	24.000	80.000	-	-
Dividendos recebidos	54.000	84.000	-	-
Fluxos de caixa gerados pelas (utilizadonas) atividades de investimentos	**73.916**	**163.970**	**(13.367)**	**(2.443)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento do arrendamento por direitos de uso (principal e juros)	(212)	(197)	(21.036)	(16.270)
Dividendos pagos antecipadamente	(20.000)	(80.000)	(20.000)	(80.000)
Dividendos distribuídos	(54.000)	(84.000)	(54.000)	(84.000)
Fluxos de caixa utilizados nas atividades de financiamentos	**(74.212)**	**(164.197)**	**(95.036)**	**(180.270)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**36**	**679**	**(41.424)**	**(10.169)**
Demonstração no aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	7.543	6.864	65.992	76.161
No fim do exercício	7.579	7.543	24.568	65.992
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**36**	**679**	**(41.424)**	**(10.169)**
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				
Adição e remensurações de arrendamento por direito de uso (Nota 15)	-	**69**	-	**24.363**
Dividendos propostos a receber	**5.714**	**6.702**	-	-
Dividendos propostos a pagar	**5.686**	**6.730**	**5.386**	**6.730**

Notas Explicativas Sobre as Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31/12/2023 (Em Milhares de Reais)

1. A Companhia tem como atividades preponderantes: Produção, comercialização e distribuição de produtos farmacêuticos em geral. **2.** Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - As demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas que abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, as interpretações emitidas pelo CPC com adoção das alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07. a) O resultado é apurado pelo regime de competência; b) O contas a receber de clientes é composto pelos respectivos valores: Clientes R$ 137.518, Clientes parte relacionada R$ 1.560; c) Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição e aos valores de realização e totalizam R$ 127.854 em produtos para industrialização e em mercadorias para revenda; d) A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil; e) Os intangíveis referem-se a aquisições de licenças de programas de computador, capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil; f) A Companhia adota como procedimento pagamento anual a seus colaboradores a título de Programa de Participação nos Resultados o valor provisionado em 2023 é de R$ 21.287, conforme regras homologadas com o sindicato da categoria; g) A Receita líquida composta pelos seguintes valores:

	2023
Receita operacional bruta	995.780
Devoluções	(7.169)
Impostos	(52.659)
Receita liquida	935.952

A Receita operacional bruta tem como principal base a empresa controlada Supera RX Medicamentos Ltda. Revenda de produtos R$ 990.720 e Industrialização para terceiros R$ 5.060. h) O capital social está representado por 13.655.164 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Exercício de 2023 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com a seguinte Opinião: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Supera Farma Laboratórios S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Supera Farma Laboratórios S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Supera Farma Laboratórios S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, encontram-se disponíveis na Sede da Supera Farma Laboratórios S.A.

Diretoria

Diretor: **Alexandre Augusto Correa**
Diretor: **Lino dos Santos**
Fabiano Gonzales - CONTADOR CRC / 1SP 201.542/O-1

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL (Art. 216-A da Lei Federal nº 6.015/73) JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, 2º Oficial de Registro de Imóveis da Capital. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante esta Serventia, localizada na rua Vitorino Carmilo, 576, térreo, no Bairro da Barra Funda, CEP 01153-000, foi prenotado sob o nº 526.530, em 05/12/2023, o Requerimento feito por DUQUE INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.605.045/0001-11, com sede nesta Capital, na Rua da Graça, nº 727, Bom Retiro, CEP: 01125-001, neste ato representada por seu sócio e diretor, Marcelo Hochman, brasileiro, empresário, divorciado, RG nº 15.468.133-SSP/SP, CPF/MF nº 153.779.558-97, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Pinto Gonçalves, nº 85, apto. 103, Perdizes, objetivando a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL UMA ÁREA de 10,00m de frente por 4,00m da frente aos fundos, formando 40,00m2., localizada nos fundos dos imóveis situados à Alameda Dino Bueno, nºs 570, 572, 574 e 578, no 11º Subdistrito – Santa Cecília, desta Capital, tendo como origem a transcrição nº 14.476, feita em 03/11/1921, neste Serviço Registral. Em observância à previsão legal contida no § 4º do artigo 216-A, da Lei Federal nº 6.015/73, alterada pela Lei Federal 13.465, de 11/07/2017, e nos itens 416 a 425.1 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e, ainda, Nos termos do Provimento nº 65 do CNJ, artigos 15 e 16, § 1º, "V", que diz:- "a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião"; e, § 2º, do mesmo artigo 16, que diz:- "os terceiros eventualmente interessados poderão manifestar-se no prazo de 15 dias após o decurso do prazo do edital publicado", ficam eles por este Edital INTIMADOS da existência do referido processo, franqueando-lhes a possibilidade de comparecer a este Serviço Registral , de segunda a sexta feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, a fim de obter os mais amplos esclarecimentos acerca da presente USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, processada nos termos da legislação vigente, acima mencionada, os quais poderão se manifestar em 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Edital. E para que chegue ao conhecimento de terceiros eventualmente interessados e não venham de futuro alegar ignorância, expede-se o presente edital que será publicado em um dos jornais de maior circulação da Comarca de São Paulo. São Paulo, 18 de abril de 2024. O Oficial (Jersé Rodrigues da Silva).

Metalúrgica Golin S/A

CNPJ: 49.034.275/0001-35 - NIRE: 35300045955

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - CONVOCAÇÃO

Na forma dos arts. 124 e 135, da Lei nº 6.404/76, convocamos e convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, nº 306 - Jd. Cidade Aracília, Bairro Bonsucesso, no município de Guarulhos - Estado de São Paulo, nos termos do artigo 124, §1º, inciso I, da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às **09:00** (nove horas) da manhã e, em 2ª convocação, às **09:30** (nove horas e trinta minutos) da manhã do dia **27/04/2024**, para em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO** - Assembleia Geral Ordinária: **a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2023; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os membros da Diretoria; **d)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. **II - Em AGE** - Assembleia Geral Extraordinária: **a)** Votar, na forma do art. 135, da Lei nº 6.404/76, a Reforma do Estatuto Social para inclusão de dois artigos relativos a direitos de venda conjunta de ações em caso de os acionistas majoritários alienarem o controle da Companhia, conforme proposta de redação encaminhada aos acionistas nos endereços eletrônicos e disponibilizada aos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação deste primeiro anúncio de convocação. Ressalta-se ainda, que o credenciamento dos acionistas presentes se iniciará com 30 (trinta) minutos de antecedência, ou seja, às **08:30** (oito horas e trinta minutos), mediante a assinatura do livro de presença e apresentação do documento de identidade, conforme dispõem os arts. 100, V, 126, inciso I e art. 127, da Lei das Sociedades Anônimas. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderão fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista *(on-line)*, local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Outrossim, conforme prescreve ainda os arts. 133, inciso V e art. 135, §3º, da Lei nº 6.404/76, os documentos pertinentes a matéria a ser debatida na Assembleia Geral Extraordinária e a proposta de alteração da redação do Estatuto Social, estão à disposição dos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação deste primeiro anúncio de convocação da assembleia-geral. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição dos dias 23, 24 e 25 de Março de 2024 do jornal O DIA SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme determina a lei de regência. É ainda relevante ressaltar que uma vez não tendo sido atingido o quórum mínimo de instalação de respectivamente 1/4 (um quarto) do capital votante para a Assembleia Geral Ordinária e 2/3 (dois terços) do capital votante para a Assembleia Geral Extraordinária, na primeira convocação às 09:00 (nove horas) da manhã, a segunda convocação às 09:30 (nove horas e trinta minutos) acarretará a instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária com qualquer número de acionistas presentes, os quais poderão tomar ciência e deliberar sobre os assuntos do dia, nos termos dos arts. 125 e 135 da Lei 6.404/76. Guarulhos, 15/04/2024. Sr. Décio de Araújo - Diretor Presidente.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1017705-04.2022.8.26.0008. O Dr. Antonio Manssur Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé/ SP, Faz Saber a Rogerio Varanda da Silva que Condomínio Edifício Vivace Club, lhe ajuizou uma AÇÃO DE COBRANÇA, para receber a quantia de R$ 1.767,31, referente ao não pagamento das despesas condominiais da unidade 154, bloco 3. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, a fluir os 20 dias supra, conteste o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 11/04/2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001073-55.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei, FAZ SABER a(o) ELIAS MARQUES RIBEIRO, CPF 15132304842, que Hospital São Camilo - Santana lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 2.365,52 (janeiro de 2021), decorrente de serviços médicos prestados a menor E.A.R que restou inadimplido. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de Abril de 2024. 17 e 18 / 04 / 2024.

IMARIBO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF: 76.486.463/0001-77 - NIRE: 4130001199-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Imaribo S/A - Indústria e Comércio, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - (AGOE) a ser realizada às 10h00, do dia 30/04/2024, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 635, CIC, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:
EM AGO:
(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da companhia encerrado em 31/12/2023;
(ii) Destinação do resultado do exercício de 2023;
(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
(iv) Fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da companhia;
EM AGE:
(I) Aumento de Capital por Incorporação de Reservas;
(II) Assunto Gerais.

Curitiba, 15 de abril de 2024.
Diretor Superintendente
Paulo Roberto Pizani

NÓRDICA VEÍCULOS S/A

CNPJ/MF: 77.997.187/0001-74 - NIRE: 41300004218

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Nórdica Veículos S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - (AGOE) a ser realizada às 09h00, do dia 30/04/2024, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 795, CIC, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:
EM AGO:
(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da companhia encerrado em 31/12/2023;
(ii) Destinação do resultado do exercício de 2023;
(iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;
(iv) Fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da companhia;
EM AGE:
(I) Aumento de Capital por Incorporação de Reservas;
(II) Assuntos Gerais.

Curitiba, 15 de abril de 2024.
Diretor Superintendente
Paulo Roberto Pizani

BALDAN

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF Nº 52.311.347/0001-59

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	40.266	90.022	40.273	90.028
Aplicações financeiras	11	-	4.464	-	4.464
Contas a receber de clientes	12	117.813	88.589	117.813	88.523
Adiantamentos a terceiros		16.914	10.000	16.939	10.031
Estoques	13	201.034	168.253	201.027	168.245
Impostos e contribuições a recuperar	14	32.429	42.349	32.429	42.349
Outros créditos e outros ativos		3.000	11.019	3.069	11.236
		411.456	**414.696**	**411.550**	**414.876**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	11	24.657	15.418	24.657	15.418
Depósitos judiciais	15	27.926	18.395	27.926	18.395
Outros créditos e outros ativos		1.294	920	1.294	1.153
		53.877	**34.733**	**53.877**	**34.966**
Investimentos em controlada	16	229	33	-	-
Propriedades para investimento	17	31.310	29.850	31.310	29.850
Imobilizado	18	247.266	192.101	247.568	192.101
Intangível	19	68.867	68.548	68.867	68.548
		401.549	**325.265**	**401.622**	**325.465**
Total do ativo		**813.005**	**739.961**	**813.172**	**740.341**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	105.044	73.073	105.044	73.073
Obrigações de arrendamento mercantil	21	660	851	660	851
Fornecedores	22	24.034	16.894	23.970	16.860
Adiantamentos de clientes	23	4.225	10.500	4.225	10.500
Obrigações sociais e fiscais	24	22.697	49.535	22.742	49.574
Obrigações trabalhistas	25	25.884	22.821	25.924	22.929
Outras contas a pagar	26	13.468	32.954	13.614	33.221
		196.012	**206.628**	**196.179**	**207.008**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	131.176	63.586	131.176	63.586
Debêntures a pagar	27	3.399	3.399	3.399	3.399
Obrigações de arrendamento mercantil	21	484	1.126	484	1.126
Obrigações sociais e fiscais	24	38.906	36.275	38.906	36.275
Outras contas a pagar	26	28.103	32.025	28.103	32.025
IR e contribuição social diferidos	28	38.217	44.550	38.217	44.550
Provisão para demandas judiciais	29	3.872	5.738	3.872	5.738
		244.157	**186.699**	**244.157**	**186.699**
Patrimônio líquido					
Capital social	31	145.933	24.035	145.933	24.035
Reserva legal		6.963	4.807	6.963	4.807
Reserva de reavaliação		12.276	12.539	12.276	12.539
Reserva de subvenção		36.335	121.899	36.335	121.899
Reserva de Investimento		85.249	-	85.249	-
Ajustes de avaliação patrimonial		37.480	37.660	37.480	37.660
Reserva de Lucros		48.600	145.694	48.600	145.694
		372.836	**346.634**	**372.836**	**346.634**
Total do passivo e patrimônio líquido		**813.005**	**739.961**	**813.172**	**740.341**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**42.502**	**190.768**	**42.502**	**190.768**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**42.502**	**190.768**	**42.502**	**190.768**

Demonstrações do Resultado

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	32	701.325	844.866	701.325	847.182
Custo dos produtos vendidos	33	(519.985)	(553.528)	(520.308)	(556.154)
Lucro bruto		**181.340**	**291.338**	**181.017**	**291.028**
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	33	(79.315)	(61.866)	(79.315)	(61.866)
Despesas administrativas	33	(50.739)	(47.643)	(50.739)	(47.643)
Outras (despesas)/receitas, líquidas	33	19.795	16.466	19.795	16.466
Resultado equivalência patrimonial		(378)	(371)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro		**70.703**	**197.924**	**70.758**	**197.985**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	34	26.187	28.421	26.187	28.421
Despesas financeiras	34	(57.501)	(59.924)	(57.504)	(59.926)
Resultado financeiro líquido		**(31.314)**	**(31.503)**	**(31.317)**	**(31.505)**
Despesas e/ou Receitas, não recorrentes - efeito parcelamento tributário	**35**	(3.220)	64.768	(3.220)	64.768
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**36.169**	**231.189**	**36.221**	**231.248**
IR e Contribuição Social diferido	28	6.333	(2.849)	6.333	(2.849)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	28	-	(37.572)	(52)	(37.631)
Lucro líquido do exercício		**42.502**	**190.768**	**42.502**	**190.768**
Resultado por ação:					
Resultado por ação - básico (em R$)		0,03	0,15		
Resultado por ação - diluído (em R$)		0,03	0,15		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa de atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**42.502**	**190.768**	**42.502**	**190.768**
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	8.857	7.355	8.876	7.355
Valor residual da baixa do imobilizado	518	577	518	577
Resultado de equivalencia patrimonial	370	371	-	-
IR e contribuição social diferidos	(6.333)	2.849	(6.333)	2.849
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.485	(246)	1.485	(246)
Mudanças no valor justo de propriedades para investimento	(1.460)	(1.590)	(1.460)	(1.590)
Provisões para contingências	(1.866)	1.642	(1.866)	1.642
Provisões de despesas a incorrer	-	(6.976)	-	(6.976)
Encargos CPC-06 (R2)	1.549	1.154	1.549	1.154
Pagamento de juros	(21.948)	(21.028)	(21.948)	(21.028)
Descontos obtidos com parcelamentos tributários	-	(64.768)	-	(64.768)
Juros e atualização monetária	22.199	18.972	22.199	18.972
Lucro líquido ajustado	**45.873**	**129.080**	**45.521**	**128.709**
Variação de ativos e passivos:				
Aplicações financeiras	(4.775)	(11.259)	(4.775)	(11.259)
Contas a receber de clientes	(30.709)	21.077	(30.775)	21.551
Adiantamentos a terceiros	(15.214)	(4.614)	(15.208)	(4.617)
Estoques	(32.781)	20.311	(32.782)	20.313
Impostos e contribuições a recuperar	9.920	18.408	9.920	18.408
Depósitos judiciais	(9.531)	(8.349)	(9.531)	(8.349)
Outros créditos e outros ativos	7.645	(9.474)	8.026	(9.557)
Fornecedores	15.440	(8.425)	15.410	(8.487)
Adiantamentos de clientes	(6.275)	(16.352)	(6.275)	(16.352)
Obrigações sociais e fiscais	(24.207)	(10.093)	(24.201)	(10.095)
Obrigações trabalhistas	3.063	4.997	2.995	4.985
Outras contas a pagar	(23.408)	51.274	(23.529)	51.158
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**(64.959)**	**176.581**	**(65.203)**	**176.408**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos	(566)	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(64.859)	(73.686)	(65.180)	(73.686)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(65.425)**	**(73.686)**	**(65.180)**	**(73.686)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos - Captação	335.991	162.151	335.991	162.151
Empréstimos e financiamentos - Amortização	(236.681)	(195.195)	(236.681)	(195.195)
Obrigações de Arrendamento Mercantil	(2.382)	(2.204)	(2.382)	(2.204)
Dividendos a pagar	(16.300)	(22.000)	(16.300)	(22.000)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	**80.628**	**(57.248)**	**80.628**	**(57.248)**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(49.756)**	**45.647**	**(49.755)**	**45.473**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	90.022	44.375	90.028	44.555
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40.266	90.022	40.273	90.028
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(49.756)**	**45.647**	**(49.755)**	**45.473**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Subvenção	Reserva para Investimentos	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**24.035**	**4.101**	**83.630**	**-**	**12.811**	**37.843**	**15.446**	**-**	**177.866**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	190.768	190.768
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(272)	-	-	272	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	(183)	-	183	-
Constituição de reserva legal	-	706	-	-	-	-	-	(706)	-
Constituição de reserva para subvenção	-	-	38.269	-	-	-	-	(38.269)	-
Dividendos obrigatórios a distribuir	-	-	-	-	-	-	-	(7.653)	(7.653)
Dividendos complementares a distribuir	-	-	-	-	-	-	-	(14.347)	(14.347)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	130.248	(130.248)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**24.035**	**4.807**	**121.899**	**-**	**12.539**	**37.660**	**145.694**	**-**	**346.634**
Aumento de capital com utilização da reserva para subvenção	121.898	-	(121.898)	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva para futuros investimentos	-	-	-	85.249	-	-	(85.249)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	42.502	42.502
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(263)	-	-	263	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	-	-	-	-	-	(180)	-	180	-
Constituição de reserva legal	-	2.156	-	-	-	-	-	(2.156)	-
Constituição de reserva para subvenção	-	-	36.334	-	-	-	-	(36.334)	-
Dividendos obrigatórios a distribuir	-	-	-	-	-	-	-	(223)	(223)
Dividendos complementares a distribuir	-	-	-	-	-	-	(11.845)	(4.232)	(16.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**145.933**	**6.963**	**36.335**	**85.249**	**12.276**	**37.480**	**48.600**	**-**	**372.836**

Notas Explicativas

1. **Contexto operacional** A Baldan Implementos Agrícolas S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Matão/SP, e tem como atividade principal a industrialização e a comercialização de máquinas e implementos agrícolas, nos mercados interno e externo. 2. **Relação de entidades controladas**

	Participação Acionária % 2023	Participação Acionária % 2022
Baldan Agroindústria Ltda.	939	373

Em 2019 a Baldan constituiu uma unidade operacional independente voltada para montagem de mancais, localizada na cidade de Taquaritinga-SP. O investimento inicial aportado foi de R$ 100 com uma capacidade operacional de montagem de 750 mancais dia. Em 2.020 houve um aumento de capital do valor de R$ 273 e em 2023 foram aportados mais 566. 3. **Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às do CPC)** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 13/03/2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 4. **Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 5. **Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: ▪ **Nota Explicativa nº 12:** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; ▪ **Nota Explicativa nº 19:** teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; ▪ **Nota Explicativa nº 28:** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; ▪ **Nota Explicativa nº 29:** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **b. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: ▪ **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; ▪ **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); ▪ **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia e sua controlada reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: ▪ **Nota Explicativa nº 17:** Propriedades para investimento; ▪ **Nota Explicativa nº 36:** Instrumentos financeiros. 6. **Mudanças nas principais políticas contábeis** Novas normas entraram em vigor a partir de 1º/01/2023, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia. 7. **Base de mensuração** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: ▪ Instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; ▪ As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo. 8. **Principais políticas contábeis** A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Base de consolidação** (i) **Controladas** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) **Transações eliminadas na consolidação** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira (i) Transações em moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Reconhecimento de contrato com cliente** A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida de acordo com o CPC 47, quando todas as obrigações de desempenho foram atendidas, portanto, quando a obrigação de performance é cumprida, ou ainda quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. **d. Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestações de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e sua controlada), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas estimadas para critérios de liquidação duvidosa. A política da provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa está descrita na nota explicativa n: 8(n) – Redução ao valor recuperável (Impairment). **e. Benefícios a empregados Benefícios de curto prazo a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **f. Receitas financeiras e despesas financeiras** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: ▪ Juros sobre aplicações financeiras; ▪ Descontos concedidos e obtidos; ▪ Variações cambiais ativas e passivas; ▪ Tarifas bancárias; ▪ Encargos sobre empréstimos e financiamentos; ▪ Encargos e atualizações sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: ▪ Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou ▪ Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **g. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Para a controlada Baldan Agroindústria Ltda. os tributos são calculados com base no lucro presumido, às alíquotas estabelecidas, respectivamente, nos termos da legislação vigente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **h. Estoques** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **i. Propriedades para investimento** As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e ou valorização do capital. As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo os custos da transação, e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido da venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **j. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. O custo de certos itens do imobilizado foi determinado com base em seu valor justo na data de transição da Companhia para os CPCs. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. A vida útil dos itens de imobilizado, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Tipo	
Edifícios	25 a 60 anos
Máquinas e acessórios	20 anos
Veículos	10 anos
Tratores e veículos industriais	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos
Ferramentas e utensílios	5 anos
Ferramentas e matrizes	10 anos
Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **(iv) Reclassificação para propriedade para investimento** Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido. **k. Ativos intangíveis e ágio (i) Reconhecimento e Mensuração *Ágio*** O ágio resultante na aquisição de empresa incorporada, mensurado pelo valor justo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável e incluído no ativo intangível nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**. Outros ativos intangíveis** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(ii) Gastos subsequentes** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Amortização** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. **l. Instrumentos financeiros (i) Reconhecimento e mensuração inicial** Todos os ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio de Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação, conforme descrito em nota explicativa nº 8 (d). **(ii) Classificação e mensuração subsequente** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: ▪ É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e ▪ Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: ▪ É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e ▪ Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda o requisito para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio** A Companhia e sua controlada realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: ▪ As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; ▪ Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; ▪ Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; ▪ Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e ▪ A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores aos motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram: ▪ Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; ▪ Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; ▪ O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e ▪ Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). ▪ O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento Ativos financeiros** A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e sua controlada realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros** A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **m. Capital social Ações ordinárias** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **n. Redução ao valor recuperável (Impairment) (i) Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais** A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ▪ Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; ▪ Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e ▪ Ativos de contrato. A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: ▪ Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e ▪ Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: ▪ É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou ▪ Ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação** Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: ▪ Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; ▪ Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; ▪ Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ▪ A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou ▪ O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e sua controlada fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não as propriedades para investimento, os estoques, e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **o. Provisões** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **p. Mensuração do valor justo** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e sua controlada tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e sua controlada. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e sua controlada requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia e sua controlada mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e sua controlada utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e sua controlada mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e sua controlada determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. 9. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas** A Companhia avaliou todas as revisões de pronunciamentos contábeis emitidos em 2023, e as alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis. Não há outras normas ou interpretações que impactem as demonstrações da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. 10. **Eventos subsequentes** Em 15/12/2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31/12/2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01/01/2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. A Companhia ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01/01/2024.

Diretoria

Celso Antonio Gusmão Ruiz - Diretor Superintendente
Eduardo Fernandes - Diretor ADM/Financeiro
Alexandre Savio Tessi - Diretor Industrial
Oswaldo Marques Junior - Diretor Comercial
Douglas Imforzato de Oliveira - Diretor de Gente Gestão e Sustentabilidade
Leandro Aparecido da Costa Bacic - Diretor de Centricidade do Cliente e Transformação Digital
Henri Hiroshi Narimatsu - Diretor de Supply Chain

Conselho de Administração

Presidente: Walter Baldan Filho

Cleber Baldan | **Renato José Mastropietro**
Adolfo Baldan Neto | **Gisele Teresinha Baldan**
Luis Fernando Baldan Fechio | **Paulo Airton Gehlen Rocha**
Oscar Baldan Neto | **Sandra Elisa Baldan**

Responsavel Técnico

Gilberto Marques - Gerente de Controladoria - CRC 1SP231969/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Baldan Implementos Agrícolas S.A.** Matão - SP **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Baldan Implementos Agrícolas S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Baldan Implementos Agrícolas S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. ▪ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e sua controlada e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 14 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 029356/O-1
Marcos Vinicius Galina Colombari Contador CRC 1 SP 262247/O-8

Prefeitura de SP quer transparência em pagamentos a empresas de ônibus

A prefeitura de São Paulo publicou, na edição de terça-feira (16) do *Diário Oficial*, projeto de lei (PL) para o orçamento de 2025, que propõe discriminar os subsídios pagos às empresas de ônibus, mostrando o valor usado para cobrir despesas correntes, como gastos com combustível, e o de aquisição de capital, como compra de ônibus. Apesar de constar no orçamento de 2025, a proposta diz que a medida será válida retroativamente para 2024.

Questionada sobre a forma como são pagos os subsídios a essas empresas, a administração municipal respondeu, por meio de nota, que segue o disposto no Artigo 9º da Lei Federal 12.587/2012, nos artigos 11, VI, e Artigo 13 da Lei Municipal 13.241/2001, e no Artigo 18, Parágrafo único, do Decreto Municipal 58.200/2018.

"O subsídio, autorizado em lei federal, cumpre historicamente o papel de manter o sistema de transportes financeiramente equilibrado, mesmo quando as tarifas pagas pelos usuários não sejam suficientes para a cobertura total dos custos de operação do sistema. Dessa forma, evita-se a precarização do serviço ou o encarecimento da tarifa aos usuários, o que terminaria por desincentivar o uso do transporte público", diz a nota.

Segundo a prefeitura, a Secretaria Municipal da Fazenda estuda, de forma permanente, oportunidades de melhoria das informações contábeis e orçamentárias produzidas no âmbito municipal, de maneira a atender à legislação nacional, além de aumentar o grau de utilidade da informação contábil disponível.

A proposta apresentada no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, com aplicação já em 2024, já vinha sendo estudada pela Secretaria da Fazenda em um contexto de aumento das despesas orçamentárias com o subsídio à tarifa de ônibus, em linha com a política pública municipal de estímulo ao transporte público. A medida reflete o empenho permanente da prefeitura para aumentar a transparência sobre o gasto público, seja na área de transportes ou em qualquer outra política pública municipal, acrescenta nota.

A medida vem depois da Operação Fim da Linha, do Ministério Público de São Paulo (MPSP), deflagrada para desbaratar um esquema de lavagem de recursos obtidos de forma ilícita pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Foram presos diretores de duas empresas de ônibus que operam na cidade de São Paulo: Transwolff e Upbus.

Responsáveis pelo transporte de cerca de 650 mil passageiros por dia e proprietárias de 1.365 ônibus, as duas companhias receberam R$ 800 milhões da prefeitura de São Paulo em 2023. Logo em seguida à operação, a prefeitura anunciou que assumiria a operação das linhas de ônibus das duas empresas, que atuam, respectivamente, nas zonas sul e leste paulistana.

A Justiça deferiu 52 mandados de busca domiciliar, quatro de prisão e cinco medidas cautelares. No entanto, a operação resultou na prisão de nove pessoas, três delas em flagrante, e na apreensão de 11 armas, 813 munições diversas, R$ 161 mil, computadores, HDs e pen drives, assim como dólares e barras de ouro. Além disso, as investigações levaram ao bloqueio de R$ 596 milhões, determinado pela Justiça. Veículos, lanchas e motos aquáticas também estão entre os itens que foram apreendidos durante a operação, bem como um helicóptero usado quando foram mortos dois líderes de facções criminosas.

O MPSP denunciou, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), 26 pessoas suspeitas de envolvimento em crimes de organização criminosa, lavagem de capitais, extorsão e apropriação indébita relacionados à operação.

Se a Justiça aceitar a denúncia, as 26 pessoas deixam de ser investigadas na Operação Fim da Linha e se tornam rés no processo que investiga o esquema de lavagem de dinheiro que utilizava as duas empresas de ônibus.

Na avaliação do urbanista e diretor do Instituto Pólis, Rodrigo Iacovini, a medida da prefeitura parece ser uma resposta da administração ao Ministério Público de São Paulo, mas é interessante, porque durante muito tempo, e não só em São Paulo, o gasto de recursos públicos para o sistema de transporte coletivo é uma grande caixa-preta.

"Não temos transparência do uso dos recursos, não sabemos como são usados, nem como deveriam ser empregados para garantir maior qualidade e atendimento que vai contemplar a universalização do transporte coletivo", ressaltou Iacovini. Ele acrescentou que não se sabe que tipo de transporte está sendo financiado e qual é a real margem de lucro das empresas.

Iacovini lembrou que a população já venceu diversas batalhas na busca de um transporte público mais justo e adequado e que, em muitas ocasiões, a administração pública travou embates com grupos responsáveis pelo serviço.

Para o urbanista, o sistema de remuneração do transporte público precisa ser totalmente revisto e repensado, não só em São Paulo, com o governo federal entrando na questão. Tem que entrar também nessa cotização dos sistemas de transporte. (Agência Brasil)

Atividade econômica avançou 0,4% em fevereiro

O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) aumentou 0,4% de janeiro para fevereiro, informou o Banco Central na quarta-feira (17). O indicador é considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país).

Tendo como recorte o trimestre encerrado em fevereiro deste ano, o resultado é também de alta de 1,23%. A comparação é dessazonalizada, que desconsidera diferenças de feriados e de oscilações da atividade econômica, típicas de determinadas épocas do ano.

Se comparada a fevereiro de 2023, a variação observada resultou em uma alta de 2,59%. E nos 12 meses acumulados de março de 2023 a fevereiro de 2024, a alta está em 2,34%.

A comparação observada entre os trimestres encerrados em fevereiro de 2024 e fevereiro de 2023 tem como resultado um crescimento de 2,35%. (Agência Brasil)

Fiocruz aprova 56 projetos para ações de saúde em favelas do Rio

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) divulgou, na quarta-feira (17), o resultado da chamada pública para Apoio a Ações de Saúde Integral nas Favelas do Rio de Janeiro. A instituição recebeu 143 proposições de diversos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Foram aprovados 56 projetos que vão receber aproximadamente R$ 5,6 milhões. Dentre as propostas selecionadas, 55% foram elaboradas por organizações sociais que ainda não tinham efetuado ações no âmbito do primeiro edital, realizado em 2021, pelo Plano Integrado de Saúde nas Favelas do Rio de Janeiro.

O presidente da Fiocruz, Mario Moreira, disse que a ação representa marco significativo na promoção da saúde integral da população das favelas do estado do Rio de Janeiro. "Com essa iniciativa, reconhecemos o trabalho das organizações que atuam nas comunidades e, sobretudo, a importância da participação social na formulação das soluções para esses territórios", avaliou.

Moreira disse não ter dúvida de que os projetos selecionados terão impacto positivo e transformador não apenas nas comunidades diretamente beneficiadas, mas também servirão de exemplo inspirador para todo o país.

O plano integrado foi criado durante a pandemia de covid-19, com objetivo de apoiar respostas sociais às questões emergenciais nas favelas e contribuir para a ampliar a participação social nas ações de saúde, auxiliando no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2024, a abrangência territorial do plano será ampliada dos atuais 18 para 33 municípios: Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaperuna, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Niterói, Nova Iguaçu, Paraty, Petrópolis, Queimados, Rio de Janeiro, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti, Volta Redonda, e organizações sociais que atuam nas cidades de Barra Mansa, Belford Roxo, Cabo Frio, Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Nilópolis, Paracambi, Rio Bonito, Rio Claro, São Pedro da Aldeia, Tanguá e Teresópolis.

Favelas contempladas

Dos novos 56 projetos selecionados, 15 incluem ações em favelas de Niterói, oito em São Gonçalo, sete em de Duque de Caxias, cinco em Mesquita e quatro em Itaguaí e Belford Roxo. Na cidade do Rio de Janeiro, serão apoiados 25 projetos nas favelas da zona norte, 15 nas comunidades da zona oeste, nove nas favelas da zona sul e cinco na região central da capital fluminense.

As propostas apresentam foco na construção e manutenção de cozinhas comunitárias e segurança alimentar, atividades de educação em saúde, treinamento profissional em saúde com foco nas comunidades, ações ligadas à saúde mental, agroecologia, comunicação e informação em saúde por meio de arte e cultura

O resultado final pode ser acessado no Portal Fiocruz. Orientações e dúvidas podem ser remetidas por e-mail: enfrentamentocovid19favelasrj@fiocruz.br. (Agência Brasil)

Embarcação encontrada no PA tinha como destino Ilhas Canárias, diz PF

O destino da embarcação encontrada no litoral paraense no sábado (13) era as Ilhas Canárias, na Espanha, avalia a Polícia Federal (PF). O arquipélago é usado como rota migratória para a entrada no continente europeu. Segundo a PF, os indícios apontam que o barco provavelmente saiu da Mauritânia, na África, e acabou pegando uma corrente marítima com destino ao Brasil.

Foram encontrados nove corpos na embarcação, mas a PF estima que pelo menos 25 pessoas estavam a bordo, construído artesanalmente, sem leme, motor ou sistema de direção.

"Ao todo, foram encontrados nove corpos, sendo oito dentro da embarcação e um nono corpo próximo a ela, em circunstâncias que sugeriam fazer parte do mesmo grupo de vítimas", informou a PF.

A perícia inicial, realizada em conjunto com a Polícia Científica do Pará, indica que os documentos e objetos encontrados junto aos corpos eram de migrantes do continente africano, da região da Mauritânia e Mali. É possível ainda que as vítimas sejam de outras nacionalidades.

A Polícia Federal informou ainda que registrou um caso similar, em 2021, quando três corpos em decomposição foram encontrados em uma embarcação no litoral do Ceará, próximo à capital Fortaleza.

A Organização Internacional das Nações Unidas para as Migrações no Brasil (OIM) lamentou as mortes e se solidarizou com as famílias. Segundo relatório da OIM, entre 2014 e 2023, mais de 64 mil pessoas morreram ou desapareceram ao longo de suas trajetórias migratórias. Do total de mortes documentadas durante a migração, quase 60% estão ligadas a afogamentos.

"Esse número demonstra a necessidade urgente de fortalecer as capacidades de busca e resgate, facilitar vias de migração seguras e regulares e promover ações baseadas em evidências para prevenir ainda mais mortes", defende a OIM em nota.

A agência da ONU para as migrações disse que continua apoiando estados para garantir a promoção de uma migração segura, ordenada e regular conforme o Pacto Global para as Migrações.

Segundo o relatório, em todo 2023 foram registradas pelo menos 1.866 mortes de migrantes de países do continente africano, contra 1.031 registrados em 2022. As principais rotas utilizadas são a travessia do Deserto do Saara para o Norte da África e a chamada rota do Atlântico para as Ilhas Canárias da Espanha, apontada como a utilizada pelos migrantes.

O relatório da OIM registra que 959 mortes foram documentadas na rota do Atlântico em 2023, em comparação com as 559 registradas em 2022. A justificativa é o aumento crescente de pessoas que partem de países como o Senegal e a Mauritânia.

Ainda segundo o relatório, um em cada três migrantes vêm de países em conflito, como no caso do Mali, um dos países apontados como de origem das vítimas encontradas no litoral paraense.

Em nota, o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) também disse "lamentar profundamente" a perda de vida das pessoas e disse que o episódio reforça a necessidade de haver uma abordagem de "responsabilidades compartilhadas e integradas entre os diferentes países, com ações abrangentes e colaborativas em apoio às pessoas deslocadas à força em razão da violação de seus direitos, de perseguições, de desastres relacionados a mudanças climáticas e de violência generalizada em seus países de origem".

"Reafirmando nosso profundo lamento pelas vidas perdidas, prestamos nossa solidariedade aos familiares e amigos das vítimas", disse o Acnur na nota.

A entidade lembra que o Brasil reconheceu, em julho de 2022, a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos no Mali e em Burkina Faso.

A iniciativa facilita o andamento dos processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado de pessoas provenientes desses países. Procedimentos similares também são aplicáveis a solicitantes de asilo oriundos do Afeganistão, Iraque, da Venezuela e Síria. (Agência Brasil)

Deputados se recusam a relatar caso contra Brazão no Conselho de Ética

Os deputados federais Ricardo Ayres (Republicanos-TO), Bruno Ganem (Podemos-SP) e Gabriel Mota (Republicanos-RR) informaram, na quarta-feira (17), que desistiram de relatar o processo no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados contra o deputado Chiquinho Brazão (Sem partido-RJ), preso e acusado de ser mandante do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, em 2018.

"A lista tríplice não vingou, digamos assim, é porque suas excelências retiraram os nomes, declinaram da nobilíssima função, que alguns consideram arriscada, não sei porquê", destacou o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), que presidiu o colegiado na sessão de hoje.

Bruno Ganem informou que não poderia relatar o caso por causa das tarefas de pré-candidatura para as eleições municipais de outubro deste ano. Por sua vez, o deputado Ricardo Ayres disse que desistiu por já ter sido escolhido para relatar outro processo por quebra de decoro parlamentar. Já Gabriel Mota não justificou a recusa. O processo contra Brazão pode levar à cassação do mandato do parlamentar, que está preso na Penitenciária Federal de Campo Grande (MS).

Na última quarta-feira (10), o plenário da Câmara votou por manter a prisão de Brazão com 277 votos contra 129 e 28 abstenções. Ayres e Ganem votaram para manter a prisão de Brazão e Mota não compareceu à votação.

Com a desistência dos parlamentares, foram sorteados novos nomes: as deputadas Jack Rocha (PT-ES), Rosângela Reis (PL-MG) e o deputado Joseildo Ramos (PT-BA). Desses, apenas Rosângela votou pela libertação de Brazão. Agora, caberá ao presidente do Conselho de Ética, o deputado Leur Lomanto Júnior (União/BA), escolher um nome da nova lista sorteada.

O deputado que presidia a sessão, Chico Alencar, disse esperar que, agora, possa sair um nome para relatar o caso. "Roguemos, mandemos energias para que ninguém decline", disse o deputado, acrescentando que "a gente tem a convicção de que esses não declinarão da tarefa".

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados ainda arquivou, nesta quarta-feira, as representações por quebra de decoro parlamentar contra quatro parlamentares: Ricardo Salles (PL-SP), General Girão (PL-RN), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Sâmia Bomfim (PSOL-SP).

Salles, por exemplo, foi acusado de quebra de decoro pelo Partido dos Trabalhadores (PT) por fazer a defesa da ditadura civil-militar que governou o Brasil de 1964 a 1985. Por sua vez, Girão foi acusado de quebra de decoro pelo PSOL por ameaçar "dar um soco" em outro parlamentar.

Já Sâmia Bomfim foi acusada de quebra de decoro pelo Partido Liberal (PL) por "ataques à honra" dos parlamentares do PL durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por último, o Conselho analisou o pedido contra Lindebergh por ele ter chamado outra parlamentar de terrorista.

Todos os quatro relatores que analisaram essas representações votaram pelo arquivamento dos casos, posição que foi seguida pela maioria do Conselho. (Agência Brasil)

STF começa a analisar lei que impõe restrições para laqueadura

O Supremo Tribunal Federal (STF) ouviu na quarta-feira (17) as sustentações orais das partes envolvidas no julgamento sobre a constitucionalidade da lei que estabeleceu critérios para realização de cirurgias de esterilização voluntária de homens e mulheres, métodos conhecidos como vasectomia e laqueadura.

Os ministros ouviram representantes de diversas entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres e da defensoria pública antes de proferirem seus votos. A data do julgamento do processo ainda não foi definida.

A Corte vai julgar trechos da Lei 9.263/1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar, a partir de uma ação protocolada pelo PSB, em 2018. Na prática, as restrições atingem principalmente as mulheres.

O texto original previa que homens e mulheres só poderiam realizar laqueadura e vasectomia se tiverem idade mínima de 25 anos, pelo menos dois filhos vivos, e após o cumprimento de intervalo mínimo de 60 dias.

No período, de acordo com a lei, homens e mulheres devem ter acesso a serviço de aconselhamento para "desencorajar a esterilização precoce". Além disso, a norma definiu que a esterilização dependia da autorização expressa do cônjuge.

Em 2022, a Lei 14.443 promoveu alterações na norma original sobre o tema. A autorização para realização da laqueadura foi retirada, e a idade mínima passou para 21 anos. Contudo, a restrição do método continuou condicionado ao número mínimo de dois filhos.

Durante as sustentações, a advogada Ana Letícia Rodrigues, representante do PSB, afirmou que as limitações são contra os direitos reprodutivos e representam interferência indevida do Estado no planejamento familiar dos brasileiros.

"Trata-se de uma intolerável intervenção estatal, que condiciona a prática de um direito a um uso específico do corpo e sexualidade, qual seja, a concepção de filhos, reforçando uma cultura de maternidade compulsória, dificultado acesso a método contraceptivo eficaz", afirmou.

A advogada Ligia Ziggiotti, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), disse que a autonomia das mulheres deve ser respeitada e a esterilidade voluntária deve ser garantida para mulheres com mais de 18 anos. Para Ligia, não cabe ao Estado exigir mais maturidade ou mais filhos para condicionar a laqueadura.

"Um Estado que seja democrático de direito não pode limitar um exercício de liberdade, partindo da premissa de que a escolha de uma mulher civilmente capaz que não deseje engravidar é uma escolha duvidosa", afirmou.

Para a defensora pública Tatiana Mello Aragão, representante da Defensoria Pública da União (DPU), somente a idade mínima de 18 anos pode ser imposta para impedir a esterilização voluntária.

"Embora a disposição legislativa seja dirigida a ambos sexos, a mulher experimenta de forma muito mais intensa essa situação. Historicamente, a ela compete o dever de evitar a concepção, tanto que a laqueadura é amplamente mais utilizada no Brasil que a vasectomia", completou.

O novo modelo que ouve as partes em plenário antes do julgamento foi implantado no ano passado pelo presidente do STF, Luís Roberto Barroso. O método é utilizado pela Suprema Corte dos Estados Unidos. (Agência Brasil)